

Coleção Estudos
Dirigida por J. Guinsburg

Peter Hall

CIDADES DO AMANHÃ

UMA HISTÓRIA INTELECTUAL DO PLANEJAMENTO
E DO PROJETO URBANOS NO SÉCULO XX



Equipe de realização – Tradução: Pérola de Carvalho; Revisão: Afonso Nunes Lopes;
Produção: Ricardo W. Neves e Adriana Garcia.



EDITORA PERSPECTIVA

*Vós, torres de Júlio, de Londres perene vergonha,
Alimentam-vos os muitos crimes, e os noturnais homicidas.*

THOMAS GREY,
The Bard (1757)

A solução mais simples são os prédios de apartamentos. Se as pessoas pretendem, a qualquer custo, viver em cidades grandes, precisam aprender a morar umas em cima das outras. Mas o povo trabalhador do Norte não se acostuma facilmente com esses prédios; mesmo aos existentes ele os chama, com desprezo, de "habitações coletivas". Quase todos dirão que querem "uma casa só deles" e, ao que tudo indica, uma casa, no meio de um bloco compacto de casas enfileiradas ao longo de cem jardas, parece-lhes mais "só deles" do que um apartamento suspenso no ar.

GEORGE ORWELL,
The Road to Wigan Pier (1937)

[...] a solução do problema habitacional, em qualquer grande cidade inglesa, não está na produção de Altos Barbicans ou de Altos Paddingtons. Embora possíveis, teórica e fisicamente, esses tipos de construção são completamente alheios aos hábitos e gostos das pessoas que se espera que morem neles.

HAROLD MACMILLAN,
Memorando interno como ministro
da habitação e do governo local (1954)

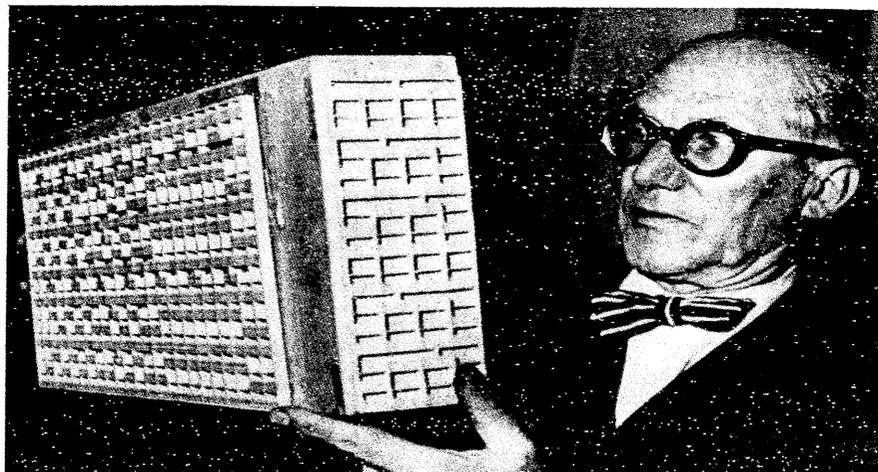
7. A Cidade das Torres

**A Radiosa Cidade Corbusiana:
Paris, Chandigar, Brasília, Londres,
St. Louis (1920-1970)**

O mal que Le Corbusier fez vive depois dele; o bem talvez esteja enterrado* com seus livros, lidos raramente, pela simples razão de serem, na maioria, praticamente ilegíveis. (As ilustrações, é mister que se diga, são por vezes interessantes, pelo que revelam a respeito do desenhista.) O esforço, contudo, impõe-se, visto que o impacto que causaram no planejamento urbano do século XX teve repercussões, a bem dizer, incalculáveis: a obscuridade não constitui barreira para a comunicação, pelo menos no caso. As idéias, forjadas na intelligentsia parisiense dos anos 20, chegaram a ser aplicadas ao planejamento de moradias para a classe trabalhadora em Sheffield e St. Louis, bem como em centenas de outras cidades, nos anos 50 e 60; os resultados foram, os melhores, questionáveis, e os piores, catastróficos. Como e por que teria isso acontecido, eis um dos relatos mais intrigantes, mas também mais instrutivos de que se tem notícia na história intelectual do urbanismo moderno.

Talvez os fatos isolados mais importantes a respeito de Le Corbusier (1887-1965) tenham sido: primeiro, que ele não era francês mas suíço; segundo, que esse não era o seu verdadeiro nome. Ao nascer foi registrado como Charles-Édouard Jeanneret em La Chaux-de-Fonds, perto de Neuchâtel, e só a partir dos 31 anos é que passou a viver regularmente em Paris. Os suíços, como até o menos sagaz

* A paródia do trecho da oração de Marco Antônio (ver Shakespeare, *Julius Caesar*, cena II do 3º ato) ilustra bem o juízo que o autor faz de Le Corbusier. Diz o texto original: "O mal que os homens fazem vive depois deles; O bem é, com frequência, enterrado com seus ossos". (N. da T.)



7.1 *Le Corbusier e "Unité"*

Uma máquina de morar, segundo prescrição do Supremo Arquiteto.



7.2 *Luís XIV ordena a construção dos Invalides*

A visão favorita de Le Corbusier, com o arquiteto-chefe em ação: "Queremos isto". – Desgraçadamente, ele jamais encontrou o seu *Roi Soleil*.

dos visitantes já deve ter percebido, são um povo obcecadamente ordeiro: suas cidades são modelos de esmerada autogestão, onde nem uma folhinha de grama nem um fio de cabelo estão fora do lugar. Assim também as cidades de Le Corbusier. O caos da velha Paris, que a reconstrução de Haussmann deixou intacto por trás das novas fachadas, deve ter constituído um anátema para os *mores* calvinistas do jovem arquiteto em formação. Sua vida profissional foi devotada a genebrizar Paris, bem como toda e qualquer cidade que tivesse o desprante de mostrar-se indisciplinável.

Terceiro fato significativo: Le Corbusier vinha de uma família de relojoeiros. (O nome Le Corbusier foi o pseudônimo que adotou de um avô materno, ao começar a escrever, em 1920.) Sua enorme fama deve-se ao fato de declarar, então pela primeira vez, que uma casa era uma máquina de morar¹. Nada mais natural: a tradição de juntar milhares de diminutos componentes dentro de uma harmonia planejada provinha de uma longa tradição hereditária. Mas gente não é escapo, e não se pode reduzir a sociedade à ordem de um mecanismo de relógio; a tentativa foi das mais infelizes para a humanidade. Registre-se, entretanto, uma anomalia: os relojoeiros do Jura foram tenazes guardiães de suas liberdades locais, sendo por isso admirados tanto por Proudhon quanto por Kropotkin. Le Corbusier não tardou em esquecer-se disso.

Se à Suíça deve ele sua concepção do mundo, foi Paris que lhe forneceu a matéria-prima e a visão de uma ordem ideal. Assim como Howard não pode ser entendido fora do contexto da Londres de fins do século XIX, ou Mumford fora da Nova York dos anos 20, assim também todas as idéias de Le Corbusier precisam ser vistas como uma reação à cidade na qual ele viveu e trabalhou de 1916 até pouco antes de sua morte, em 1965². A história de Paris tem sido uma luta constante entre as forças da vida cotidiana, exuberante, caótica, amiúde sórdida, e as forças da ordem, centralizada e despótica. Nas décadas de 20 e 30, ficou claro que o caos levava a melhor sobre a ordem, de há muito postergada. Por trás das fachadas, a cidade era presa dos cortiços e endemias. As autoridades municipais da Terceira República estavam a ponto de desistir de tudo, até mesmo do intento de completarem o último dos melhoramentos de Haussmann, e já nem pensavam em tomar novas iniciativas como, por exemplo, a de demolir os cortiços piores³.

Paris, concluiu o jovem Le Corbusier, só poderia ser salvo pela intervenção de *grands seigneurs*, homens “sem remorsos”: Luís XIV, Napoleão, Haussmann⁴. Suas “inaugurações grandiosas” eram para ele “um exemplo marcante de *création*, desse espírito apto a dominar e compelir a plebe”⁵. Concluiu seu primeiro livro, *L'Urbanisme*, com uma gravura onde vemos Luís XIV a dirigir pessoal-

mente a construção dos Invalides, e lhe após a seguinte legenda: “Homenagem a um grande planejador urbano – Este déspota concebeu projetos imensos e os levou a termo. Espalhadas por todo o país, suas obras magníficas ainda nos encham de admiração. Foi capaz de dizer ‘Queremos isto’, ou ‘Assim nos apraz’”⁶. Durante toda a sua vida, Le Corbusier buscou um Roi-Soleil moderno, mas jamais o encontrou.

A CIDADE IDEAL CORBUSIANA

Nesse meio tempo, ele teve que tratar com patronos burgueses. Seu Plan Voisin de 1925 nada tinha a ver com as unidades de vizinhança, e sim com o sobrenome do fabricante de aviões que o patrocinava⁷. (Isso ajuda a explicar os aeroplanos que voam, num desrespeito absolutamente *insouciant* aos controles de tráfego aéreo, por entre esses e outros arranha-céus corbusianos.) Seus dezto edifícios uniformes de 700 pés de altura teriam acarretado a demolição da maior parte da Paris histórica ao norte do Sena, com exceção de certos monumentos, alguns dos quais seriam removidos; a Place Vendôme, que ele admirava como um símbolo de ordem, seria conservada⁸. Ao que parece, foi-lhe praticamente impossível compreender o porquê da grita levantada contra o projeto no conselho municipal, onde o acoimaram de bárbaro⁹. Sempre pensou que os construtores de catedrais góticas do século XIII europeu, graças a cujos esforços de algumas centenas de anos “o mundo novo desabrochou como flor sobre as ruínas”, deviam ter sofrido igual incompreensão naqueles primeiros tempos “quando as catedrais eram brancas”¹⁰.

Não se intimidou: “Projetar cidades é tarefa por demais importante para ser entregue aos cidadãos”¹¹. Seus princípios urbanísticos foram desenvolvidos sobretudo em *La Ville contemporaine* (1922) e *La Ville radiieuse* (1933). A chave era o famoso paradoxo: precisamos eliminar o excesso populacional dos centros de nossas cidades aumentando-lhes a densidade. Cumpre-nos, ademais, melhorar a circulação e aumentar a quantidade de espaço livre. O paradoxo poderia ser resolvido com a construção de altos edifícios que ocupassem uma pequena parte da área total do terreno¹². Daí a exigência de Le Corbusier, proclamada em suas peculiaríssimas maiúsculas: “PRECISAMOS CONSTRUIR EM TERRENO LIMPO! A cidade de hoje está morrendo porque não é construída geometricamente”¹³. As necessidades de tráfego também exigiam demolição total: “A estatística nos mostra que o comércio opera preponderantemente no centro. Isso significa que é mister que amplas avenidas atravessem os cen-

tros de nossas cidades. *Portanto, os atuais centros precisam vir abaixo*. Toda grande cidade, para salvar-se, tem que reconstruir seu centro¹⁴. Essa foi a primeira sugestão do gênero; trinta anos mais tarde, era adotada com força total. Mas, conforme salientou Anthony, em parte alguma se faz menção ao problema de onde guardar tantos carros, ou aos problemas ambientais decorrentes do barulho e das emissões dos seus motores; questões como essas foram simplesmente ignoradas¹⁵.

Não deveria, contudo, a nova estrutura realizar-se de maneira uniforme pela cidade toda: a cidade contemporânea deveria ter uma estrutura nitidamente diversificada. E isso para corresponder a uma estrutura social específica, segregada; a moradia de uma pessoa dependia da atividade por ela exercida¹⁶. No centro ficavam os arranha-céus do Plan Voisin, que, enfatizava Le Corbusier, destinavam-se aos escritórios dos *cadres* de elite: industriais, cientistas e artistas (incluindo, presumivelmente, arquitetos e planejadores urbanos); 24 desses edifícios forneceriam de 400 000 a 600 000 empregos do mais alto nível, à razão de 1 200 por acre, com 95% do terreno reservado como área livre¹⁷. Fora dessa zona, as áreas residenciais seriam de dois tipos: prédios de seis andares com apartamentos luxuosos para esses mesmos *cadres*, projetados segundo o princípio chamado de recuo (em filas), com 85% do terreno como espaço livre, e uma acomodação mais modesta para os trabalhadores, construída em volta de pátios, sobre um quadriculado uniforme de ruas, com 48% de espaço livre¹⁸.

Esses apartamentos seriam produzidos em massa para habitação em massa. Le Corbusier não dispunha de tempo para atender a qualquer tipo de idiosincrasia individual; daí porque os chamou, com muito acerto, de “células”:

Jamais devemos, em nossos estudos, perder de vista a perfeita “célula” humana, a célula que mais perfeitamente corresponde às nossas necessidades fisiológicas e sentimentais. Precisamos chegar à “casa-máquina”, que deve ser tão prática quanto emocionalmente satisfatória, bem como projetada para uma sucessão de moradores. A idéia do “velho lar” desaparecerá e com ela a arquitetura local, etc., pois já que o trabalho muda de lugar segundo a demanda, também os moradores terão que estar prontos para mudar, *com armas e bagagens*¹⁹.

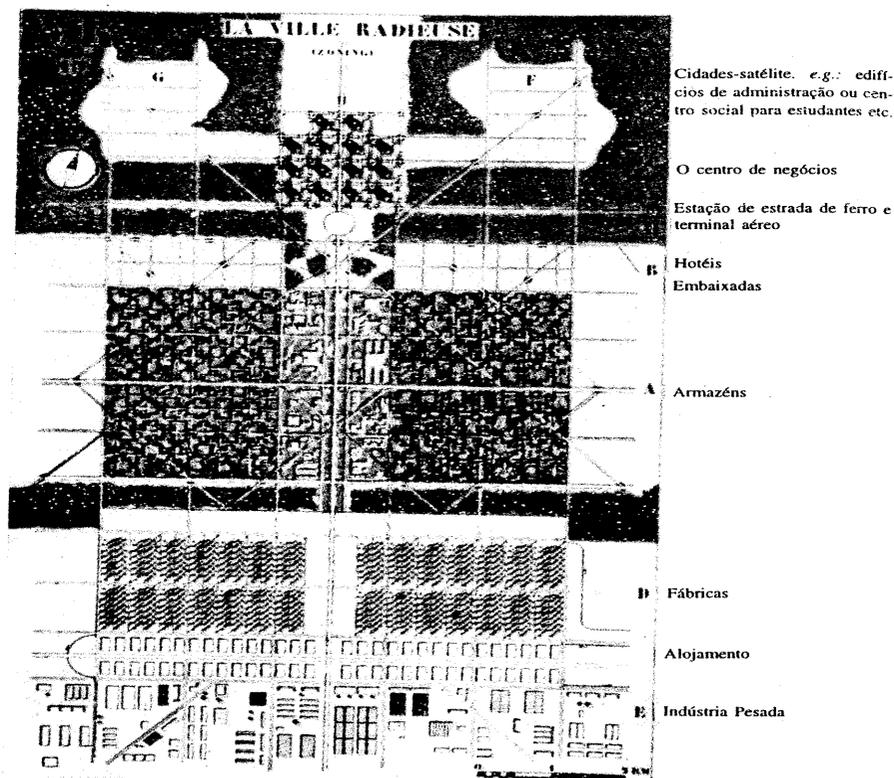
Não apenas as unidades seriam, todas elas, uniformes, como todas elas conteriam a mesma mobília padronizada. É possível, admite, que “meu esquema [...] pareça, de início, dar aso a temores e antipatias”. Mas variações no esboço e uma generosa arborização logo superariam o problema²⁰. E não apenas seriam essas unidades produzidas em massa, mas, para a elite burguesa, também estariam providas de serviços coletivos: “Embora continue sendo possível

alguém ter uma doméstica ou uma babá próprias, ou um criado da família, se preferir”, na cidade radiosa “o problema da criadagem estaria resolvido [...] Se você quisesse levar um amigo para ceiar em casa por volta de meia-noite, digamos depois do teatro, bastaria um simples telefonema para encontrar a mesa posta e à sua espera – com um criado sem cara amarrada”²¹. A cidade contemporânea era, em sua essência, um lugar nitidamente de tipo classe média. E foi para as necessidades da classe média que Le Corbusier criou, em meio ao centro empresarial, um complexo cultural e de lazer, onde a elite ficaria conversando e dançando, em “profunda calma, 600 pés acima do solo”²².

Evidentemente, operários e comerciários não viveriam assim. Para eles, Le Corbusier providenciou apartamentos com jardim, dentro de unidades-satélites. Aqui, também, haveria muito espaço verde, muita facilidade para a prática de esportes e muita diversão – mas de espécie diferente, adequada a quem trabalha arduamente oito horas por dia. Ao contrário da Paris dos anos 20, onde ricos e pobres tendiam a morar em estreita justaposição, *La Ville contemporaine* iria ser uma cidade totalmente classista.

Na época da Cidade Radiosa, embora os princípios da religião corbusiana permanecessem incólumes, ocorreram importantes modificações teológicas. Le Corbusier perdera a fé nos capitalistas, talvez porque em meio à Grande Depressão tivessem eles perdido a capacidade de financiá-lo. Restava-lhe, agora, acreditar na virtude do planejamento centralizado, que iria abranger não apenas a edificação urbana mas cada um dos aspectos da vida de seus habitantes. O sindicalismo seria o caminho, mas não o sindicalismo do tipo anarquista: ter-se-ia um sistema ordenado, hierárquico, em certos pontos muito próximo da ala esquerda do fascismo italiano. Muitos sindicalistas franceses, de fato, aderiam ao regime de Vichy em 1940; o próprio Le Corbusier acreditava que “a França precisa de um Pai. Não importa quem”²³. Nesse sistema, tudo seria determinado pelo plano, e o plano seria produzido “objetivamente” por peritos; ao povo caberia apenas dizer quem administraria esse plano. “A cidade harmoniosa precisa primeiramente ser planejada por peritos que compreendam a ciência do urbanismo. Uma vez formulados, dentro de um ambiente de total liberdade em relação a pressões partidárias e interesses privados, tais planos devem ser implementados sem oposição”²⁴. Em 1938, projetou um “Centro Nacional de Festivais Coletivos para 100 000 pessoas”, onde o líder poderia dirigir-se a seu povo; espécie de versão ao ar livre do Domo de Hitler²⁵.

Mas a nova cidade sindicalista distingue-se por um aspecto vital: agora todos estarão igualmente coletivizados. Agora todos irão morar



em gigantescos prédios coletivos, denominados *Unités*; cada família receberá um apartamento não de acordo com o emprego do chefe da casa, mas com rígidas normas de espaço; ninguém receberá nem mais nem menos do que o mínimo necessário para uma existência eficiente. E agora todos – não apenas a elite afortunada – terão acesso aos serviços coletivos. A cozinha, a limpeza, o pajeamo das crianças deixam de ser atribuição da família.

Nesse ínterim, o que é muito significativo, Le Corbusier estivera na União Soviética. E, na década de 20, um importante grupo de arquitetos soviéticos – os urbanistas – desenvolvera idéias muito próximas das dele. Queriam construir novas cidades em pleno campo, onde todos viveriam em gigantescos blocos de apartamentos coletivos, com o espaço individual reduzido ao mínimo absoluto necessário para uma cama; não haveria cozinhas e banheiros individuais ou unifamiliares. Numa versão, a vida estaria regulada, minuto a minuto, desde o despertar, às 6 da manhã, até a saída à 7:00, outro urbanista imaginava uma unidade onde imensas orquestras induziriam ao sono os insones, abafando os roncões dos demais²⁶. Os projetos de alguns dos membros desse grupo – Ivanov, Terekhin e Smolin, em Leningrado, Barshch, Vladimirov, Alexander e Vesnin em Moscou – são quase idênticos, até nos pormenores, ao *Unité* tal como foi desenvolvido na Cidade Radiosa, e como foi efetivamente construído em Marselha, em 1946²⁷. Mas, depois de 1931, o regime soviético – como o regime fascista na Itália, poucos anos mais tarde – rejeitou o parecer de Le Corbusier.

Foi quando, por volta dos anos 40, suas idéias novamente se modificaram, embora, como sempre, apenas nos pormenores. Sua ASCORAL (Assemblée de Constructeurs pour une Rénovation Architecturale), fundada durante a guerra, alegava que *Les cités radio-concentriques des échanges*, os centros de educação e recreio, ainda projetados no velho estilo corbusiano, deveriam ser ligados entre si pelas *cités linéaires industrielles*, linhas contínuas de industrialização dispostas ao longo de corredores de trânsito²⁸. Fora-se seu otimismo com respeito à cidade grande: a seu ver, a população de Paris deveria cair de 3 milhões para um milhão apenas²⁹. Tais noções guardavam curiosos ecos dos desurbanistas soviéticos da década de 20, que Le Corbusier tão acrememente criticara. Havia, porém, uma diferença crucial: as fábricas dele eram as “fábricas verdes”, concentradas, onde os operários viviam vidas segregadas, imóveis, em cidades-jardim verticais, comportando, cada uma, de 1 500 a 2 500 trabalhadores, evidentemente com o indefectível serviço coletivo³⁰. Continuava implacavelmente contrário à idéia de *cités-jardins*, que ele coerentemente confundia, como a maioria de seus colegas planejadores franceses, com os subúrbios-jardim³¹.

7.3 La Ville Radieuse

A visão geométrica total: máquinas de morar e trabalhar, reunidas em massa.

Nada disso se construiu nunca. Fato importante a assinalar com respeito a Le Corbusier é o quanto ele sempre foi, na prática, um reumbante fracasso. Viajou por toda a Europa e fora do continente, produzindo suas grandiosas visões urbanas; páginas e páginas de seu livro, *La Ville radiieuse*, estão cheias delas – Argélia, Antuérpia, Estocolmo, Barcelona, Nemours no Norte da África. Todas ficaram no papel. Na Segunda Guerra Mundial, com a instauração do governo-fantoches de Pétain em Vichy, julgou que sua vez finalmente chegara. Convidado para encabeçar uma comissão de estudos sobre habitação e planejamento, produziu, como era de prever, um esquema para uma elite de planejadores urbanos que dirigiria enormes escritórios de arquitetos e engenheiros, capazes de se sobrepor a qualquer interferência. À testa deles, ficaria um “regulador”, um arquiteto-administrador encarregado de formular todo o plano nacional de construção. Uma vez pelo menos tomara-se ele de modéstia deixando de indicar seu candidato para o posto³². Na verdade, tampouco com Vichy Le Corbusier chegou a entender-se. Sua simplória egomania e sua total ingenuidade política dificultaram-lhe a compreensão do próprio fracasso; ao término da guerra, era um homem profundamente desiludido.

O PLANEJAMENTO DE CHANDIGAR

Por ironia, sua única realização urbanística autêntica concretizada no chão – exceto o *Unité* Marselha, um bloco único, visto como o presumível início de um complexo, que, porém, jamais foi completado; mais duas reverentes cópias na França e outra em Berlim – aconteceu postumamente. O governo da Índia decidira, por razões políticas, construir uma nova capital para o Punjab em Chandigar. Contratou, para tanto, um planejador urbano, Albert Mayer, que elaborou um projeto adequado, dentro da linha Unwin-Parker-Stein-Wright³³. O projeto foi aprovado, só que ficou decidido que se chamaria uma equipe formada pelos mais prestigiosos arquitetos da época – Le Corbusier, seu filho Jeanneret, Maxwell Fry e Jane Drew – para dar-lhe expressão. É nestes termos que Fry descreve o primeiro e traumático encontro, ao qual Mayer chegou com atraso:

Le Corbusier empunhava o creiom e estava em seu elemento.

“*Voilà la gare*”, disse, “*et voici la rue commerciale*, e traçou a primeira rua do plano de Chandigar.

“*Voici la tête*”, prosseguiu, marcando com um borrão o terreno mais elevado à esquerda da localização de Mayer, cujos efeitos danosos eu já lhe havia apontado. “*Et voilà l'estomac, le cité-centre*”. Delineou, em seguida, os setores substanciais, medindo cada metade aproximadamente três quartos de milha e ocupando a planície em toda a sua extensão entre os vales do rio, com um prolongamento para o sul.

O projeto já ia bem adiantado quando o aflito Albert Mayer juntou-se ao grupo [...] nem de longe constituía ele adversário à altura da figura enigmática mas determinada do profeta.

Depois do almoço, sentamo-nos em círculo num silêncio sepulcral, que Jeanneret quebrou perguntando a Mayer, “*Vous parlez français, monsieur?*” Ao que Mayer respondeu “*Oui, mocher, je parle*”, réplica polida mas desastrada que o eliminou de vez da discussão que se seguiu.

E assim continuamos, com sugestões marginais e de menor importância da nossa parte, e uma exposição em fluxo contínuo por parte de Le Corbusier, até que o plano, tal como agora o conhecemos, ficasse pronto e se fixasse em sua forma definitiva³⁴.

Seguiram-se discussões entre arquitetos e planejadores, seguidas de discussões de arquitetos entre si, com queixas de Fry e Jeanneret sobre como Le Corbusier se assenhoreara do trabalho, cuidando ele mesmo dos traçados e projetos em seus mínimos detalhes. Muito ingenuamente, disseram eles que queriam trabalhar dentro do espírito do CIAM, isto é, em sistema de colaboração. O resultado foi expressivo: feita a divisão de trabalho, coube a Le Corbusier o complexo administrativo central³⁵. Mas algo de mais fundamental realmente ocorrera: a troca de um estilo urbanístico por um estilo arquitetural, o que significava “optar por uma preocupação com a forma visual, com o simbolismo, com a imagem e com a estética em detrimento dos problemas básicos da população indiana. Esse concentrar-se em prover a arquitetura indiana de formas consentâneas à Segunda Idade da Máquina faria com que a situação vivida pela Índia no momento viesse a ser quase totalmente ignorada”³⁶.

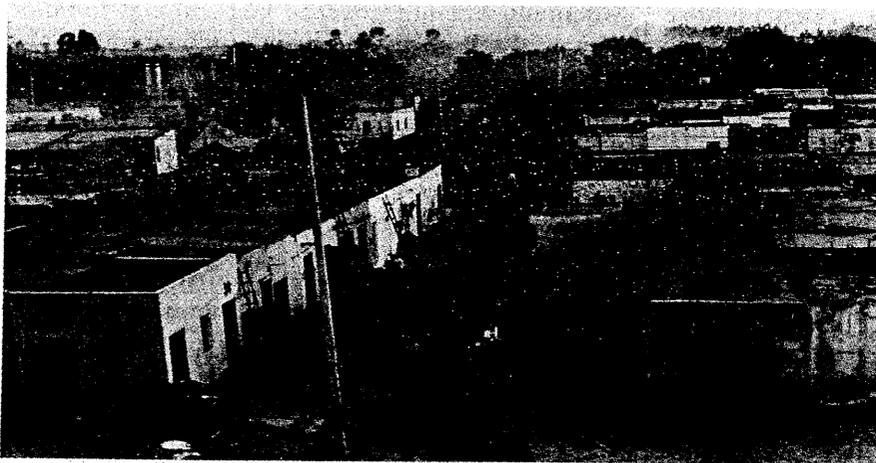
O resultado foi um conjunto de ricas e múltiplas ironias. Le Corbusier viu-se patrocinado por um governo pós-colonial imbuído nas tradições autocráticas do Raj Britânico. Para ele produziu um exercício *City Beautiful* ajazado com as pompas da arquitetura moderna; uma Nova Delhi atualizada. Havia uma malha de vias expressas, já utilizada nos projetos de Marselha e Bogotá, para atender a um nível de privatização do automóvel ainda mais baixo do que o existente em Paris em 1925, e que já era bastante baixo. A relação entre ruas e edifícios é totalmente européia e estipulada sem qualquer consideração para com o clima inóspito do Norte da Índia ou os estilos de vida indianos³⁷. Nem se pensou em produzir formas construídas que favorecessem a organização ou a integração social; os setores estão longe de funcionar como vizinhanças³⁸. A cidade sofre as injunções de uma pesada segregação determinada pela renda e pela posição ocupada dentro do funcionalismo público, lembrando *La Ville contemporaine*; há diferentes densidades para diferentes grupos sociais e, como resultado, uma planejada segregação de classes³⁹.

Os contrastes são, portanto, violentos: “Se dermos uma volta pelo magnífico *campus* da Universidade de Punjab [...] (onde a maio-



7.4 Chandigar

O único projeto urbano corbusiano que saiu do papel: aqui, um bairro residencial, caixotes na linha funcionalista para funcionários do Punjab reproduzem, no chão, o traço do mestre.



7.5 Chandigar

A realidade da cidade do povo por trás das fachadas: em primeiro plano, as casas de construção autônoma; no fundo, à esquerda, a cidade das barracas.

ria das salas de aula e dos escritórios são usados apenas durante três horas por dia), poderemos ver, por cima dos altos muros do *campus*, milhares de pessoas morando em cortiços, sem eletricidade e sem água encanada⁴⁰.

Nos anos 70, 15% da população estavam morando em assentamentos invasores ou semi-invasores; mais da metade dos comerciantes operava informalmente em carrinhos ou barracas⁴¹. Como entrassem em conflito com o conceito de ordem urbana do Plano Diretor, por diversas vezes tentaram as autoridades escorraçá-los e acabar com eles. Em resposta, programou-se uma série de eventos públicos dignos de uma versão indiana da comédia suburbana velha conhecida dos londrinos de Ealing. Para comemorar a inauguração de um novo mercado ilegal, numa época em que o separatismo *sikh* estava exacerbadíssimo, organizaram toda uma série de eventos religiosos *sikh*. Quando chegou a força de repressão, os comerciantes *sikh* declararam que preferiam deixar-se picar em pedacinhos a verem interrompidas as comemorações. Mais tarde, os comerciantes encenaram requintadas cerimônias fúnebres em homenagem ao primeiro-ministro recentemente falecido, obtendo com isso enorme publicidade⁴².

Tudo isso faz parte do rico espetáculo da vida indiana, e nada tem a ver com Le Corbusier. É bem verdade que muitos desses problemas acabaram indo bater à sua porta, ainda que por vias transversas; na época, ele já havia morrido, tendo concentrado os últimos anos de sua vida no complexo monumental central e no simbolismo visual geral, a parte que deu mais certo no projeto⁴³. Mas esse é que foi justamente o problema: no fim do dia, como Hitler a sonhar seus fúteis sonhos em Berlim, os cuidados do arquiteto suíço iam todos, realmente, para a parte monumental. Ele foi o último dos planejadores *City Beautiful*. O resto não funciona, mas num sentido que nem vem ao caso considerar. Pelo menos, em Chandigar, o povo passou a morar melhor, em condições que jamais conhecera anteriormente, e que provavelmente jamais teria sonhado conhecer, caso a cidade nunca tivesse sido construída. Mas quando, finalmente, os discípulos de Le Corbusier vieram aplicar os preceitos do mestre nas cidades do Ocidente, as coisas se passaram de modo muito diferente.

BRASÍLIA: A CIDADE QUASE CORBUSIANA

Outra cidade houve, no entanto, inteiramente nova e corbusiana, embora o projeto não fosse de Le Corbusier. O Brasil, como muitos outros países em desenvolvimento, crescera ao redor de sua cidade-porto que, de bom ou de mau grado, tornara-se a capital. Mas por

volta de 1940, a despeito das tentativas parciais de reconstrução, o Rio de Janeiro estava estourando pelas costuras. O projeto de construir uma nova capital federal no interior vinha de longe; em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva, "o Patriarca", sugerira a mudança e o nome; em 1892, uma comissão já encontrara o local; em 1946, uma nova comissão, constituída democraticamente, começou a trabalhar no projeto; em 1955, outra comissão redescobriu o local. No mesmo ano, Juscelino Kubitschek de Oliveira, político carismático, comprometia-se a construí-la, durante sua campanha eleitoral para presidente, da qual saiu vitorioso por estreita margem de votos⁴⁴. Sempre houve no Brasil uma tradição política de se fazerem obras públicas suntuosas em prazos impossivelmente exíguos; Brasília foi a apoteose⁴⁵. A imprensa carioca, como era de esperar, não poupou críticas: "É o cúmulo da loucura! uma ditadura no deserto!" Kubitschek não se deixou intimidar⁴⁶.

Recorreu a seu velho amigo, o arquiteto Oscar Niemeyer. O Instituto de Arquitetos do Brasil protestou; fazia-se necessário um concurso público. Niemeyer, evidentemente, participou da comissão julgadora, que, após uma deliberação de apenas três dias, premiou um dos mais vastos exercícios urbanísticos do século XX, de autoria de Lúcio Costa, outro pioneiro do movimento arquitetural moderno no Brasil. O trabalho por ele apresentado constava de desenhos a mão livre feitos sobre cinco cartolinas de tamanho médio; nem uma única projeção populacional, ou análise econômica, ou programação de uso do solo, nem uma só maquete, nem um só desenho a esquadro ou compasso⁴⁷. O júri gostou da "grandiosidade": "Desde o início, ficou patente que Brasília estava fadada a ser uma cidade mais de arquitetos que de planejadores urbanos"⁴⁸.

A planta era descrita das mais variadas formas, ora como avião, ora como pássaro, ora como libélula: o corpo, ou fuselagem, era um eixo monumental destinado aos principais edifícios públicos e repartições administrativas; nas asas, ficavam as áreas residenciais e outras. No primeiro setor, blocos uniformes de escritórios deviam ladear um amplo passeio público que desembocava no complexo de edifícios governamentais. No segundo, uniformes prédios de apartamentos deviam ser construídos em superquadras corbusianas de frente para uma imensa espinha de tráfego; obedecendo à risca à prescrição de *La Ville radieuse*, todos, do secretário permanente ao porteiro, deveriam morar nas mesmas quadras, ocupando o mesmo tipo de apartamento.

A construção de Brasília virou lenda até mesmo no Brasil, esse país que parece saído de um conto de carochinha. Escrevia então um norte-americano: "Era como se o desbravamento do oeste estivesse atrasado cem anos e agora o fizessem com tratores"⁴⁹. E já

que a capital tinha que ser por força inaugurada no dia 21 de abril de 1960, ao término dos quatro anos de mandato do governo Kubitschek, decretou-se que, durante um ano, as obras entrassem num regime de 24 horas de trabalho ininterrupto. Isso tudo "representava um triunfo administrativo num país que jamais se fizera notar pela eficiência da administração; representava respeito a um cronograma numa sociedade onde cronogramas raramente são cumpridos; representava trabalho árduo e contínuo para um povo reconhecidamente relutante em trabalhar, seja árdua seja continuamente"⁵⁰. Abundavam as lendas, todas indubitavelmente verdadeiras: caminhoneiros que entregavam a mesma carga de areia várias vezes por dia; tipógrafos contratados como topógrafos, contadores de tijolos como contabilistas⁵¹. A última coisa a considerar foi o custo. Segundo William Holford, um dos membros do júri, ninguém sabia o tamanho da conta; o presidente da NOVACAP, a Corporação da Nova Capital, dizia que contas não o preocupavam; Niemeyer declarava ao arquiteto britânico Max Lock que não tinha idéia de quanto custara o Palácio Presidencial: "Como poderia saber?", perguntou, de uma forma que desarmou o interlocutor⁵². Bem fez Epstein, autor de uma das duas histórias modelares escritas sobre a cidade, ao dedicar seu livro "aos trabalhadores de Brasília, que construíram a nova capital"; "aos trabalhadores do Brasil, que pagaram"⁵³.

Inacreditavelmente, 60 000 trabalhadores conseguiram terminá-la. Num só dia, 2 000 postes de luz foram levantados; numa noite, 722 casas foram pintadas de branco. No dia aprazado, o Palácio Presidencial, o Palácio Executivo, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, onze ministérios, um hotel e 94 blocos de apartamentos reluziam dentro da notensolarada, em pleno *campo* do Brasil Central. Naturalmente, tudo casca; por dentro os edifícios não estavam terminados; após a cerimônia, muitos dos funcionários tomaram o avião de volta para o Rio. Mas mesmo depois de Kubitschek, investira-se muito na cidade para retroceder; no decorrer da década seguinte, efetuou-se definitivamente a mudança da máquina governamental.

E de certo modo, deu certo. Com o aumento do número de carros particulares, as vastas vias expressas e os trevos imensos foram tomados pelo tráfego; e visto que o plano não visara a resolver conflitos pedestre-veículo, diariamente rios de pedestres driblam a morte saltando por entre os carros em alta velocidade na avenida central. Mero detalhe. A verdadeira falha, exatamente como em Chandigar, foi ver-se crescer, ao lado da cidade planejada, outra, não planejada. Só que aqui, ela era bem maior.

A *favela* brasileira, como sua equivalente de qualquer outro país em desenvolvimento, é uma figura familiar na paisagem urbana: uma



7.6 Brasília

A visão de uma capital modernizada e saneada, segundo esboços traçados por Lúcio Costa em cinco fichas de arquivo.



7.7 Taguatinga, Brasília

Nascido como canteiro de obras, o primeiro dos assentamentos populares representa a realidade para a maioria do povo da região da capital: impossível de suprimir, eventualmente aceita, mas ignorada.

das mais conhecidas enxameia bem à vista de todos, sobre a vertente do morro que fica atrás da famosa praia de Copacabana, no Rio. Mas Brasília, símbolo da modernidade, não poderia conhecer coisa semelhante; a invasão de terra, ali, teria que ser simplesmente abolida⁵⁴. E em certo sentido até que foi: empurraram-na simplesmente para longe dos olhos e das mentes. Na época da construção, criou-se por necessidade a chamada cidade livre; logo depois, os invasores de terra criavam a colônia anexa de Taguatinga. Após a inauguração, as autoridades tentaram destruí-la, o que provocou tumultos; em 1961, para consternação dos profissionais de arquitetura, aprovou-se uma lei que permitia a permanência da cidade-satélite. Em meados da década de 60, estimava-se oficialmente que um terço da população do Distrito Federal, 100 000 pessoas, viviam em "submoradias"; não tardou que essa cifra ultrapassasse a metade⁵⁵. As autoridades responderam às invasões tentando implantar loteamentos dotados de uma infra-estrutura mínima; o relato que Epstein faz do processo reveste-se de especial ironia:

A cessão efetiva dos lotes e o traçado das novas ruas estavam nas mãos de dois homens, um dos quais analfabeto, sob a supervisão de um capataz da NOVACAP. Nenhum deles treinado em planejamento urbano, assistência social ou levantamentos estatísticos. Traçaram um quadriculado para as ruas, fazendo-as cruzarem-se em ângulos retos⁵⁶.

Assim se acabou o sonho da construção de uma sociedade urbana sem classes num país onde ricos e pobres sempre estiveram segregados. A diferença, se é que existe, é que em Brasília estes ficaram mais implacavelmente isolados do que em qualquer das cidades anteriores: colocou-se um *cordon sanitaire* entres eles e a cidade monumental, simbólica, de maneira que nunca pudessem estragar-lhe a vista ou perturbar-lhe a imagem. O próprio Niemeyer já dizia, na ocasião, que o plano fora distorcido e desvirtuado; só um regime socialista, sentia, poderia tê-lo implementado⁵⁷. Le Corbusier sofreu angústias idênticas durante grande parte de sua vida: é difícil construir uma City Beautiful em meio à confusão gerada pela democracia e as leis de mercado.

OS CORBUSIANOS CHEGAM À INGLATERRA

Pouco mais que isso conseguiram eles fazer no mundo desenvolvido; não que não tivessem tentado. O meio utilizado foi a influência do CIAM (Congrès International d'Architecture Moderne), "os jesuítas da nova fé", instaurado em 1928, "por solicitação do *animateur* suíço Siegfried Giedion"⁵⁸: de novo a conexão suíça,

com pressa, na volta, de se qualificarem como arquitetos, os componentes da primeira geração pós-guerra deixaram-se tomar de entusiasmo pela tecnologia [...] Sugerir um mundo melhor e especial não era arrogância – apenas a herança que lhes coube [...] Logo surgiram duas fontes essenciais de inspiração – Corb e Mies [...] a *Ville radieuse* e a *Unité d'habitation* sugeriram um modelo a ser aplicado por bons e rígidos princípios socialistas a bons e rígidos materiais modernistas⁶⁸.

Não tardou muito e, como talvez só ela pudesse fazê-lo, estava a AA ultracorbusiando Corbu. Em 1954, aparecia a Estrutura Vital de Ronald Jones, uma nave terrestre de 2 360 m de comprimento, 560 de altura e 200 de largura:

[...] puncionada de um manto de rocha derretida a 2 900 km de profundidade, a energia térmica projetará o homem através de uma espiral energética, engrenando-o numa viagem fantástica a bordo de uma nave terrestre nuclear [...] As unidades-cidades serão providas de núcleo, administração, governo eleito, centros de arte e criação, universidades, agremiações setoriais, institutos, estádios para esportes e recreação, cinemas de projeção em 3D, hospitais, hipermercados, *shopping centers* municipais. As áreas centrais serão ligadas por viajadores* horizontais, verticais e diagonais [...] cada metrópole, cada cidade será planejada para crescer até a primeira, segunda, terceira e quarta dimensão, de acordo com a necessidade ecológica humana⁶⁹.

Boa e pura fantasia juvenil, saída, como tantas outras, daquele porão da Praça Bedford. O problema foi que – conforme explicita Cook, e o próprio catálogo retrospectivo da AA o demonstra –, antes mesmo que muitos anos se passassem, à medida que ondas sucessivas de universitários ingressavam no mundo real, as fantasias haviam-se feito realidade. A própria criação de Jones tornou-se o Hongkong and Shanghai Bank (embora seu arquiteto não tivesse estudado na AA); um esquema habitacional de alta densidade para Paddington (1956) tornou-se Parkhill em Sheffield (1961) e Western Rise em Islington (1963); um armazém (1957) virou o Departamento de Engenharia da Universidade de Leicester (1963); as casas de 1961 vieram à tona em Milton Keynes, em 1975. Por essa época, novos vãos da fantasia ainda se enfileiravam ao longo da pista de decolagem de Bloomsbury: uma casa toda “confeitada” de suspiros, ou o esquema 1971 para um “Castelo de Areia. Um bordel para mineiros de petróleo no Saara [...] construído a partir de um tubo contínuo de plástico, recheado de areia *in situ* e enrolado formando uma série de câmaras subterrâneas intercomunicantes”⁷⁰. Já então, “urbanismo abrangente” deixara de ser assunto bem-vindo nas conversas: eram outros os ventos que sopravam da Europa⁷¹. Mas seus

* No original, *travelators*, palavra criada por Ronald Jones para designar, segundo presumo, o meio de transporte muito especial usado em sua “nave terrestre”. (N. da T.)

monumentos, obra de gerações de diplomados pela AA, espalhavam-se pela face da Inglaterra urbana.

A *Architectural Review* encabeçara o ataque nos idos de 1953 com um editorial de autoria de J. M. Richards que fustigava sem dó as primeiras novas cidades por sua falta de urbanidade; culpa, segundo ele, das densidades excessivamente baixas e de má influência exercida pela Town and Country Planning Association⁷². Em 1955, a mesma revista publicou “Outrage”, a célebre diatribe contra a qualidade do projeto urbano inglês redigida por Ian Nairn e que exerceu influência ímpar sobre toda a *intelligentsia* britânica; anunciava ela

[...] uma profecia de final dos tempos: profecia segundo a qual se se permitir a multiplicação, no ritmo atual, do que se convencionou chamar de desenvolvimento, então pelo fim do século a Grã-Bretanha estará reduzida a oásis isolados de monumentos preservados em meio a um deserto de fios elétricos, estradas de concreto, lotes apertados e bangalôs. Não haverá distinção efetiva entre cidade e campo [...] Essa nova Inglaterra, a REVIEW presentia com um nome, na esperança de que pegue: SUBTOPIA⁷³.

Seguia-se, inexorável, a conclusão: “Quanto mais complicado o nosso sistema industrial, e maior a nossa população. tanto *maior e mais verde* teria de ser o nosso campo, *mais compactas e aseadas* deveriam ser nossas cidades”⁷⁴. Conseqüentemente, dois anos mais tarde, os editores lançavam “Counter-Attack”, uma campanha contra Subtopia⁷⁵. Nesse ínterim, em 1955, o Royal Institute of British Architects organizara importante simpósio sobre altos edifícios, aberto por Dame Evelyn Sharp, secretária permanente do Ministério de Habitação e Governo Local, com a citação de um poema sobre a beleza desses prédios⁷⁶.

Os aliados foram muitos. O *lobby* dos fazendeiros regrediu ao fundamentalismo do Relatório Scott sobre o Uso do Solo Rural de 1942⁷⁷ com sua insistência em tentar salvar cada último acre possível de terra para a agricultura. Os sociólogos contribuíram com o trabalho enormemente influente de Michael Young e Peter Willmott, *Family and Kinship in East London (Família e Relações de Parentesco no Leste Londrino)*, onde se lê que, ao exportarem gente de Londres para derramar-se sobre as propriedades rurais, estavam os planejadores destruindo um padrão de vida popular, próprio da classe trabalhadora e de uma riqueza única⁷⁸. Em vão o economista agrícola Gerald Wibberley mostrou que o solo rural excedia as necessidades nacionais; inúteis foram os cálculos de Peter Stone sobre os verdadeiros custos da verticalização urbana⁷⁹; de nada valeu a incansável campanha promovida por F. J. Osborn contra os subsídios para a construção de altos prédios de apartamentos⁸⁰. Os políticos estavam

contra; o propósito do governo era manter a população dentro dos limites urbanos e, a todo o custo, acabar com o programa de implantação de novas cidades.

A GRANDE RECONSTRUÇÃO

Isso tudo não passou, reconhecemo-lo, de um movimento circunscrito ao círculo dos arquitetos. Mas teve grande significado, pois tocou na corda sensível dos políticos. Em 1955, o governo conservador, na figura de seu ministro da Habitação, Duncan Sandys, punha em execução um importantíssimo programa derruba-cortiço, que se iria estender por quase duas décadas, e ao mesmo tempo incentivava as autoridades locais a fixar cinturões verdes em torno das cidades mais importantes a fim de conterem o crescimento urbano; aliadas a um índice de natalidade que, naquele mesmo ano, começava inesperadamente a crescer, todas essas providências não tardaram em produzir uma impossível aritmética de estoque do solo⁸¹. Os preços da terra subiram, sobretudo após as mudanças efetuadas na lei em 1959. As grandes cidades, muitas das quais não eram contrárias a conservar sua população em vez de exportá-las para cidades novas e em expansão, leram isso tudo como sinal para construir denso e alto⁸². Os grandes construtores prontificavam-se a nelas se instalarem, pondo à venda sua habilidade em resolver com rapidez os problemas habitacionais urbanos através de pacotes contratuais⁸³. E o governo, apesar da barreira de protestos levantada por Osborn na TCPA, gentilmente lhes propiciou os subsídios especiais de que necessitavam para a execução da tarefa: a partir de 1956, estes foram três vez maiores para um apartamento em prédio de quinze andares do que para uma casa⁸⁴. Submissamente, a proporção de prédios altos, dentro do total programado de habitações populares, crescia ano a ano: unidades em prédios de cinco ou mais andares atingiram cerca de 7% do total em fins de década de 50, chegando a 26% em meados dos anos 60⁸⁵.

Tudo isso eivado de incríveis contradições, até mesmo os indivíduos. Richard Crossman, que, como sucessor de Sandys quase uma década mais tarde, liderou a aceleração da derrubada dos cortiços e da construção de moradias, promovidos, ambos, pelo governo trabalhista, iria registrar em seu diário que não lhe agradava a idéia de ver o povo morando em enormes blocos de altos edifícios mas, quase simultaneamente, encorajava programas mais amplos de demolição e construção industrializada: "Em conversa perguntei por que estavam construindo apenas 750 casas em Oldham; por que não reconstruir logo tudo? Isso não iria ajudar Laing, os construtores? 'Evidente



7.8 Rua bombardeada do East End londrino

O frontispício do Plano para o Condado de Londres, de 1943, de Forshaw e Abercrombie, diz tudo.



7.9 A Grande Reconstrução no East End

Foto de 1965 mostra a tarefa semiconcluída: à esquerda, os velhos conjuntos compactos de sobrados; à direita, blocos de torres LCC e os despersonalizados caixotes construídos pelo burgo.

que ajudaria', disse Oliver [Cox], 'e ajudaria Oldham também' [...] Guiei de volta para o Ministério [...] satisfeito e animado''⁸⁶.

Nos primeiros anos, foi o Departamento de Arquitetos do Conselho do Condado de Londres, com todo o seu imenso prestígio que, sob a direção primeiro de Robert Matthews e, em seguida, de Leslie Martin, forneceu os modelos; gozava ele de uma inusitada liberdade para gastar, visto não estar sujeito às sanções ordinárias de custos aplicadas pelo Ministério⁸⁷. Primeiramente produziu "os grandes caixotes corbusianos", que culminaram, no final dos anos 50, em Alton West, Roehampton, a mais completa homenagem à *Ville radieuse* que jamais houve no mundo, e sua única realização autêntica; iniciou, em seguida, "a era dos arranha-céus mais esguios, menos opressivos e, naturalmente, mais pesadamente subsidiados"⁸⁸: ao todo 384 deles foram terminados entre 1964 e 1974. Após a reorganização de 1965, os novos burgos entraram com suas próprias e diferenciadas contribuições, como as enormes megaestruturas de Southwark ao norte de Peckham, que mais tarde se enquadrariam entre os blocos habitacionais mais problemáticos de Londres.

Quanto às grandes cidades provincianas inglesas, umas poucas tentaram competir em prestígio. Dois diplomados pela AA encabeçavam a equipe que urbanizou Park Hill, a grande muralha de apartamentos com plataformas de acesso que, semelhante a uma fortaleza, domina, sobranceira, o centro de Sheffield e, justiça seja feita, ainda goza da plena aprovação de seus moradores. Glasgow contratou Basil Spence para o Gorbals e, em seguida, construiu imensos edifícios no extremo da cidade; aí, onde os moradores todos pertenciam à tradição totalmente não-britânica de vida em habitações coletivas de alta densidade, poucos foram os problemas ocorridos com o projeto, exceto onde havia crianças, o que não é de surpreender, já que quatro entre cinco crianças moravam acima do quarto andar⁸⁹. Mas também houve muitos outros lugares onde faltou inspiração ao arquiteto ou onde sequer houve arquiteto, e os moradores se viram desarraigados e colocados dentro de apartamentos padronizados pelo sistema e construídos às pressas, sem qualquer toque de conforto, sem ambiente, sem espírito de comunidade; na verdade, praticamente sem nada, salvo um teto e quatro paredes.

Espantoso como levou tempo para que as pessoas percebessem o erro! Para se saber por quê, é preciso fazer-se algo que, por parte de alguém nascido depois de 1960, requer certo esforço de imaginação: avaliar o quanto eram ruins as densas fileiras de cortiços enegrecidos de fumaça que os altos edifícios substituíram. O fato de que mais tarde os tratores passassem a demolir casas sólidas e recuperáveis talvez obscureça a circunstância de que a maioria delas não era nem uma coisa nem outra. Como diz Lionel Esher, "até

mesmo os preservacionistas reconheceram que a grande massa de nossas áreas crepusculares vitorianas podia ser sacrificada. Seis anos de guerra haviam reduzido essas partes de Londres e das grandes cidades de província a uma sinistra esqualidez que lembrava os mais sombrios trechos de *Bleak House*^{90*}. Nas palavras de Ravetz: "Por duas décadas inteiras [...] todas as desvantagens advindas do planejamento arrasa-quarteirão, e as transformações que este acarretou para a cidade, passaram despercebidas, a não ser dos ranzinzas, um punhado de gente com ideais remanescentes dos anos 40, ou então daqueles que lamentavam, sob um prisma artístico, a perda do passado"⁹¹. No começo, as críticas visaram não ao planejamento demolidor mas à forma por ele assumida.

Acentuadas pelos meios de comunicação após o desastroso desmoronamento de Ronan Point, um bloco de edifícios construídos pelo sistema a leste de Londres, numa explosão de gás ocorrida em 1968, essas críticas logo se fizeram ensurdecedoras. De fato, o sistema de subsídios fora reformulado no ano anterior e as autoridades locais já estavam concluindo seus altos blocos de edifícios. Agora, de repente, tudo neles dava para trás: apresentavam vazamentos, comprimiam-se em densidades excessivas, explodiam, os elevadores não funcionavam, as crianças os vandalizavam, as senhoras idosas viviam amedrontadas. De certa forma, as reclamações justificavam-se: Kenneth Campbell, encarregado do projeto habitacional no CCL e no GLC de 1959 a 1974, elencou três falhas: elevadores (poucos demais, pequenos demais, vagarosos demais), crianças (muitas demais), gerenciamento (deficiente demais)⁹².

Em defesa dos corbusianos, porém, é mister que se digam certas coisas. Primeiro: embora alguns dos conjuntos londrinos se inspirassem diretamente no mestre, tendo alguns deles constituído autênticos desastres em matéria de projeto, muitos outros, espalhados por toda a Inglaterra, foram uma grande saída para as autoridades locais, excessivamente preguiçosas ou carentes de imaginação para contratarem seus próprios arquitetos e planejadores. Foi Crossman que, ao visitar Wigan ainda em 1965, comentou seu "enorme programa de construção" como sinal de "uma obscuridade e estupidez assustadoras", e acrescentava, "eles construíram uma Wigan, que, no ano 2000, há de parecer tão ruim como ruim parece a velha Wigan de 1880 aos olhos dos anos 60"⁹³. Segundo: Le Corbusier jamais advogou a tese de colocar pessoas (independentemente dos empregos) dentro de arranha-céus; sua habitação proletária teria mais a ver com

* Romance de Charles Dickens, publicado em 1852-1853, que, no Brasil, recebeu a tradução de Oscar Mendes sob o título *A Casa Soturna* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986). (N. da T.)

o imenso Conjunto Hulme de Manchester, o maior projeto de remodelação urbana já realizado na Europa e que, constituído de blocos de edifícios de altura média, também foi um desastre como projeto. Na verdade, a moda arquitetônica que se seguiu à era das altas edificações – prédios baixos em alta densidade – malograra em Glasgow imediatamente após a Segunda Grande Guerra⁹⁴ e seria mais tarde criticada com igual severidade:

A prática da construção baixa em alta densidade significou algazarra de crianças a ressoar dentro de pátios atijolados, e algazarra significou vandalismo [...] Tornaram-se “difíceis de alugar”, isto é, alugáveis apenas pelas famílias mais pobres e desestruturadas, que raramente possuíam carros para ocupar as agora obrigatórias garagens de porão e cujos filhos se encarregavam de arruinar os poucos ali existentes⁹⁵.

Ironicamente, essa era também uma solução corbusiana, toda ela destituída de espírito crítico, com soluções projetísticas impostas às pessoas sem levar em conta suas preferências, seus modos de vida ou suas naturais idiossincrasias: impostas, ademais, por arquitetos que – como a mídia exultara em descobrir – moravam, eles próprios invariavelmente, em encantadoras “villas” vitorianas. (Quando, mais tarde, alguns simplesmente passaram a viver no local do projeto, como fez o arquiteto Vernon Gracie, ao trabalhar para Ralph Erskine no famoso Byker Wall de Newcastle, o caso virava objeto de comentário.) Contribuía em grande parte para esse malogro, cuja responsabilidade cabe inteira não só a Le Corbusier mas a cada um de seus seguidores, o fato de os projetistas, provenientes que eram da classe média, mostrarem-se totalmente insensíveis ao modo de vida de uma família operária. No mundo deles,

a mamãe não fica isolada em casa com os bebês: vai fazer compras na Harrods. As crianças, quando pequenas, são levadas a Kensington Gardens pela babá. Aos oito anos, entram para uma escola preparatória e aos treze para a escola pública, ambas em regime de internato. E durante os feriados, ou saem para o campo ou vão para os esportes de inverno, velejam etc., douradas e morenas ao vento galhofeiro e ao sol de verão. De modo algum ficam vadiando pelas plataformas de estações ou brincando com as tampas das latas de lixo⁹⁶.

Os ricos, portanto, sempre puderam viver bem em altas densidades porque dispunham de serviços; daí aquelas citações de Le Corbusier soarem tão eloquentes. Mas para a gente simples, como diz Ward, os subúrbios apresentam grandes vantagens: privacidade, o fato de as pessoas ficarem livres do barulho, e mais livres ainda para fazerem o seu próprio barulho. Conseguir isso numa alta densidade requer tratamento dispendioso, em geral inexecutável em habitações populares. O grande problema, acima de tudo, são as crianças: pois “se elas não tiverem a oportunidade de gozar sua infância,

com certeza depois se transformarão numa praga”⁹⁷. O que é particularmente verdadeiro, segundo concluía Jephcott em 1971, no tocante a famílias com crianças que, menos bem equipadas educacionalmente, moram em prédios altos densamente agrupados: “as autoridades locais devem desistir dessa forma de habitação exceto para uma categoria limitada de moradores selecionados, ou em casos de extrema premência”⁹⁸. Le Corbusier, como era natural, não tinha sequer consciência do problema, duplamente feliz em sua condição de indivíduo classe média sem filhos pequenos⁹⁹.

A REMODELAÇÃO URBANA NOS EUA

Isso tudo os norte-americanos já haviam descoberto mesmo antes dos britânicos, e é interessante sabermos por quê. Uma das razões foi que começaram mais cedo. Seu programa de remodelação urbana começou com a Lei de Habitação de 1949 e a respectiva emenda de 1954, e suas raízes têm origens ainda mais longínquas: o relatório de 1937 do Comitê de Urbanismo da Junta de Planejamento Nacional de Recursos, *Our Cities: Their Role in the National Economy*, que enfatizava a decadência urbana causada pela obsolescência dos usos do solo, e o curto panfleto de grande influência que, em 1941, Alvin Hansen e Guy Greer redigiram, desenvolvendo esse mesmo argumento, e onde apontavam a necessidade de ajuda federal para a compra de propriedades decadentes, devendo os municípios, em troca, apresentar seus planos de urbanização¹⁰⁰. A Lei de 1949 daí resultante representou uma estranha mas bem-sucedida coalizção de interesses conservadores e radicais: o dinheiro federal poderia ser aplicado na renovação das partes desgastadas das cidades mas de preferência nas zonas residenciais; a medida não veio, porém, acompanhada dos instrumentos indispensáveis à sua viabilização¹⁰¹.

Para compreendermos o motivo, precisamos examinar mais a fundo essa coalizção disparatada. O Congresso aprovava uma medida de limitação de solo para a habitação popular, a Lei Wagner, que remonta a 1943, fruto de uma luta prolongada e amarga entre poderosos grupos de interesses. De um lado, estavam os peritos em habitação liberais, como Catherine Bauer, alinhados com os sindicatos da construção. Do outro, a National Association of Real Estate Boards (Associação Nacional de Juntas Imobiliárias) e seu departamento de pesquisa, o Urban Land Institute (Instituto do Solo Urbano). A NAREB e o ULI eram inteiramente favoráveis ao seguro hipotecário federal, princípio que tinham feito valer quando do estabelecimento da Federal Housing Association (Associação Federal da Habitação), em 1934. Todos eles eram contra a habitação popular.

O compromisso daí resultante firmou a habitação popular como um expediente temporário em favor da pobreza digna, ou seja, os recém-desempregados, que, tão logo se reerguesse a economia, poderiam, como era de esperar, comprar sua própria casa. Excluiria os pobres de longa data: a ralé, predominantemente negra, e realmente pobre. Os instrumentos discriminatórios embutiam-se no financiamento propiciado pela lei: os fundos federais pagariam a aquisição da terra e a urbanização, não os custos subseqüentes, que deveriam ser acrescentados aos aluguéis. As famílias realmente pobres, portanto, nunca teriam a oportunidade de partilhar tal benesse¹⁰². No fim dos anos 40, essa barreira caiu: famílias socialmente assistidas começaram a inscrever-se nos projetos. Mas visto que as disposições financeiras continuavam as mesmas, as contradições resultantes não tardaram a produzir conseqüências desastrosas¹⁰³.

As leis de 1939 e 1954 representaram novo triunfo do *lobby* NAREB-ULI. Seu objetivo não era a moradia barata, mas a reurbanização comercial de áreas deterioradas situadas nos limites do centro comercial, segundo o modelo empregado por Pittsburgh em sua reurbanização do Golden Triangle. Embora diametralmente oposto à NAREB, o movimento em prol das habitações populares tocou para a frente sua idéia de remodelação urbana, na esperança de que também ele pudesse realizar seus objetivos¹⁰⁴. Na verdade, apesar de apresentada como uma medida para assegurar “a maior rapidez possível na obtenção de um lar decente e um ambiente adequado para cada família norte-americana”, a remodelação urbana foi desligada do programa de habitação popular e posta nas mãos da Housing and Home Finance Agency (Secretaria da Habitação e Financiamento da Casa Própria), que prontamente passou a desencorajar a moradia de aluguel baixo e a encorajar a reurbanização comercial: a cláusula em que se estipulava, na Lei de 1949, que a área deveria ser “predominantemente residencial”, foi sendo progressivamente erodida¹⁰⁵. Usando dos poderes de derrubar cortiços e oferecer terra de primeira a empreendedores particulares com subsídio governamental, os municípios saíram em busca da “praga que cura a chaga”, como disse, de maneira inimitável, Charles Abrams¹⁰⁶. Em todas as cidades, uma após outra – Filadélfia, Pittsburgh, Hartford, Boston, San Francisco – as áreas que iam sendo limpas eram as de baixa renda, setores negros próximos ao centro comercial; e a prometida alternativa habitacional não se materializou porque “a casa popular, como o Mouro em *Otelo*, ao justificar a modernização urbana, já fizera sua reverência e podia, agora, retirar-se”¹⁰⁷.

Os agentes foram as “coalizões de urbanização”, amiúde formadas por empresários mais jovens: banqueiros, empreendedores, grandes empreiteiras, corretores de imóveis, varejistas. Mas não eram

só e apenas isso, porque se o fossem, teriam provavelmente fracassado; incluíam prefeitos liberal-tecnocratas (Lee em New Haven, Daley em Chicago), e eram apoiadas por conselhos operários, conselhos do comércio da construção, grupos do governo constituído, planejadores urbanos profissionais e outros, até mesmo pelo *lobby* da habitação popular¹⁰⁸. E ainda abrangiam um pequeno mas novo e poderoso grupo de executivos profissionais da remodelação urbana: Robert Moses em Nova York, Ed Logue em New Haven, Boston e Nova York, Justin Herman em San Francisco¹⁰⁹. Como disse Catherine Bauer Wurster, “raramente um grupo tão heterogêneo de supostos anjos tentou dançar sobre tão pequenina cabeça de alfinete”¹¹⁰.

Naturalmente, o resultado foi que a coalizão tomou caminhos distantes e isso fez com que amiúde se rompesse. Um grupo, o dos empreendedores e seus aliados, queria uma reurbanização em larga escala que atendesse aos interesses das firmas do centro comercial já estabelecidas – mas também que atraísse o comércio de fora, o que os iria colocar em conflito com os interesses locais. E se possível, fazer isso através de manobras administrativas que passassem por cima dos interesses locais. Durante os anos 50 e sobretudo nos anos 60, porém, entraram eles em conflito com outros grupos: moradores ciosos da conservação e defesa de suas vizinhanças, pequenos estabelecimentos comerciais ameaçados pela operação terra-limpa, que souberam formar coalizões anti-remodelação¹¹¹. História que se repetiu de cidade em cidade por todo o território norte-americano.

Nova York era especial; mas, sob Robert Moses (1888-1981), Nova York sempre foi especial. Em seus quase cinquenta anos de múltiplas atividades, Moses tornou-se indiscutivelmente “o maior construtor da América”, responsável por obras públicas que, em termos de dólares-1968, totalizaram \$ 27 bilhões¹¹². Construiu *parkways*, pontes, túneis, vias expressas. E quando se abriu a torneira da remodelação urbana, construiu habitações populares. De 1949 a 1957, a cidade de Nova York gastou 267 milhões de dólares em remodelação urbana; todas as outras cidades dos Estados Unidos gastaram, juntas, 133 milhões. Ao demitir-se do cargo de remodelador urbano, em 1960, havia ele construído mais, em termos de apartamentos terminados, do que todos os outros construtores juntos¹¹³. Fez isso como fizera tudo o mais antes, mediante uma singular combinação de duas qualidades adquiridas nos primeiros tempos de sua vida profissional: sua crença arraigada no planejamento de cima para baixo posto em prática pelo funcionário incorruptível, imbuído de espírito público, e do qual o sistema britânico, que ele tanto admirava, se constituía como exemplo primoroso; e a descoberta amarga, que não tardou a fazer, de que, pelo menos na selva urbana norte-americana, as ligações políticas também eram importantes¹¹⁴.

Apoiado nesses dois alicerces, construiu um sistema de poder, influência e clientelismo que o tornou quase inexpugnável – atingindo prefeitos, governadores e até mesmo presidentes¹¹⁵: “Suborno honesto, endossos, campanha de contribuições, Robert Moses proveu a máquina de tudo quanto ela necessitava. O resultado foi que conseguiu dobrá-la a seus objetivos, mobilizando poder e influência para escorar seus projetos”¹¹⁶.

Por ironia, sua última e maior realização, a remodelação urbana, foi também a causa decisiva de sua queda: “A democracia não havia resolvido o problema da construção de obras públicas em larga escala, então Moses resolveu o problema pondo de lado a democracia”¹¹⁷. O fato é que, no decorrer de toda a sua vida, ele sempre teve o cuidado de construir uma enorme e diversificada coalizão de grupos de interesse: hospitais e universidades em busca de terra, grupos de promoção cultural e comercial, e até mesmo sindicatos interessados em cooperativas habitacionais, e o sempre receptivo *New York Times*¹¹⁸. Zombava das restaurações: “Acham que temos de [...] segurar de pé com esparadrapos, fita Scotch e violinos”¹¹⁹.

Mas finalmente, pequenos grupos de cidadãos começaram a protestar: Moses tentou tratá-los a tapa, mas viu que não podia. Entre eles estava uma dona de casa e jornalista de arquitetura da zona oeste de Greenwich Village, Jane Jacobs, que mobilizou a opinião local ao perceber que Moses planejava derrubar seu quarteirão¹²⁰. Ela ganhou, e a experiência acionou o gatilho que pôs no prelo um dos mais influentes livros da história do planejamento urbano do século XX. Por essa época, Moses já deixara seu cargo de remodelador urbano; e em 1968, aos 79 anos, afastado da última de suas atividades, Robert Moses deixava de ser o Mestre-Construtor¹²¹.

New Haven, outra cidade que primeiro e mais brilhantemente explorou os novos poderes, propicia uma ilustração ainda mais clássica: seu prefeito, Richard Lee, vinha da classe trabalhadora católica da cidade, mas gozava de livre trânsito pelos diferentes níveis da sociedade, inclusive dentro do restrito círculo de Yale; extremamente sensível às mudanças de opinião, era um mestre em relações públicas¹²². Com Edward C. Logue, seu administrador de urbanização, e Maurice Rotival, seu diretor de reurbanização, formou uma equipe entrosada na qual, “para usarmos de extrema simplificação, a tarefa do prefeito era conseguir o apoio dos principais interesses políticos da cidade, a do administrador de urbanização assegurar a participação dos empreendedores, e a do diretor de reurbanização conquistar a anuência das secretarias federais”¹²³. A coalizão de Lee abrangia líderes democratas, comerciantes republicanos, o corpo docente e administrativo de Yale, grupos étnicos e sindicatos; o Citizen’s Action Committee (Comitê de Ação do Cidadão), criado, de caso pen-

sado, por Lee, “praticamente decapitou a oposição”¹²⁴. O resultado foi a demolição de uma das mais importantes – e cada vez mais negras – áreas de cortiço para a construção de escritórios centrais, com a ajuda dos fundos rodoviários federais destinados a construir um esquema distribuidor para o centro comercial¹²⁵.

Pittsburgh, outra pioneira – na verdade, antes mesmo de 1949 –, tem história semelhante. Após décadas de uma liderança local moribunda, uma nova elite comercial decidiu que a cidade precisava tomar providências a fim de evitar um colapso econômico. No início de 1943, organizou-se uma Allegheny Conference on Regional Development (Conferência Aleguêni sobre Desenvolvimento Regional), a ACRD, com o fito de formar uma coalizão destinada a revitalizar a área do centro comercial. O resultado foi uma aliança inusitada entre um grupo republicano de líderes corporativos e um mandachuva democrata. Uma Urban Renewal Authority (Secretaria Incorporada Autônoma para Remodelação Urbana) foi instituída em 1946, com poderes até então jamais conseguidos – contestados, mas constitucionalmente estabelecidos – para desapropriar com finalidades urbanísticas. Renaissance I, como veio a ser chamada, era, fundamentalmente, uma operação de urbanização privada, que contou não só com o papel facilitador desempenhado pelo setor público, mas com uma atuante e entrosada participação das principais secretarias, a saber: a Conferência Aleguêni, a Secretaria para Remodelação Urbana e a Comissão de Planejamento Urbano. Durante as duas décadas seguintes, os projetos reconstruíram mais de um quarto do chamado Golden Triangle, removendo pelo menos 5 400 famílias de baixa renda, sobretudo negras, e substituindo-as principalmente por escritórios que transformaram a área toda, das 9 às 5, numa *comuter zone*^{126*}.

San Francisco foi mais um caso clássico. O argumento em defesa da remodelação urbana partiu do comércio organizado através do Bay Area Council (Conselho da Área da Enseada), “um governo regional privado”, de 1944, e do Comitê Blyth-Zellerbach, de 1956. A San Francisco Redevelopment Agency (Secretaria de Reurbanização de San Francisco), de 1948, um ano antes da Lei de 1949, assumiu por antecipação os poderes que esta lhe outorgaria; em 1959, ganhava nova fisionomia sob a direção impetuosa de Blyth-Zellerbach. Justin Herman, “São Justino” para o grupo de comerciantes do centro, “Diabo Branco” para os moradores de baixa renda das áreas vizinhas, o Anexo Oeste e a Market-Sul, passou a di-

* Expressão intraduzível com que se designam nos EUA as zonas servidas por bilhetes de metrô mais baratos, válidos apenas dentro de um horário determinado. (N. da T.)

rigi-la em 1959. Lutou pelo saneamento dessas áreas, o que acarretou a remoção de seus habitantes. Conforme argumentava eloqüentemente um dos financiadores: “Você de certo não espera que ergamos um edifício de 50 milhões de dólares numa área por onde perambulavam velhos sujeitos a se exibirem para as nossas secretárias”¹²⁷.

A verdade é que, afirma Chester Hartman, o estigma “zona de vadiagem” foi uma imagem ciosamente cultivada a fim de justificar a remodelação urbana. Embora a área sul de Market Street fosse uma zona de hotéis residenciais ocupados sobretudo por homens, estes eram, na sua maioria, simples aposentados ou inválidos. Pois eles organizaram-se e encontraram um líder na pessoa de George Woolf, sindicalista de oitenta anos que, em 1970, após épica batalha judiciária, forçou a Secretaria de Remodelação Urbana a concordar em construir unidades de aluguel baixo. Furibundo, Herman chamou o advogado dos moradores de “arguto, bem financiado e capaz chicaneiro de estropiados”. Um ano depois, falecia de ataque cardíaco.

Novos processos abriram-se e encerraram-se na década seguinte. Enquanto isso acontecia, os fundos para remodelação urbana foram sendo substituídos por Quotas Fixas do Tesouro para a Urbanização Comunitária, o que espalhou fundos públicos por toda a cidade; a Urban Renewal Agency perdeu seu sistema independente de financiamento, e o controle por parte do gabinete do prefeito aumentou. Nesse meio tempo, porém, a já aquecida construção de edifícios para escritórios estava então em plena fervura. Em fins dos anos 80, após três décadas de confrontação, a reurbanização da Market-Sul estava perto de terminar. Os cidadãos de San Francisco, já então altamente organizados para protegerem seus bairros, fizeram, com atraso, aprovar uma medida rigorosa que restringia, no futuro, o aumento do número de escritórios em todas as partes de sua cidade¹²⁸.

O que de fato espanta, nessas coalizões daqueles anos, é exatamente o êxito que tiveram suas investidas, baseadas em programas claramente contrários aos interesses dos eleitores. No extremo oeste de Boston, uma comunidade italiana ali instalada de longa data e extremamente coesa – uma aldeia urbana, nas palavras de Herbert Gans – foi exemplo clássico. Por aconselhamento de banqueiros hipotecários, os projetos de demolição foram ampliados com vistas a incluir áreas não deterioradas. Influenciada pelo que lia na imprensa, a população em geral julgou que a área toda fosse um cortiço. Os moradores do local estavam crentes de que o fato jamais aconteceria. Os empreendedores queriam a terra para moradias de alta renda, e a cidade foi atrás¹²⁹. Mais tarde, Fried reconheceu que os moradores da zona oeste, particularmente os que por tradição pertenciam à clas-

se trabalhadora, haviam sido afetados pela experiência tão profundamente como se houvessem perdido um ente querido¹³⁰.

Mas tudo o que é bom acaba. Em meados dos anos 60, as críticas à remodelação urbana tornaram-se ensurdecedoras. Charles Abrams fazia ver que muitas das áreas demolidas – a Washington Square South, na cidade de Nova York, Bunker Hill em Los Angeles, Diamond Heights em San Francisco – tanto quanto o West End bostoniano “não eram cortiços coisíssima nenhuma, no sentido imobiliário do termo”: eram cortiços só porque disso os chamavam os funcionários municipais¹³¹. Martin Anderson calculava que em fins de 1965 o programa de remodelação despejaria judicialmente um milhão de pessoas, muitas das quais pagavam aluguéis baixíssimos; três quartos dessa população haviam-se mudado para novos alojamentos, sujeitando-se a moradias de padrão inferior com aluguéis mais elevados. Além de tudo, até março de 1961, o programa destruíra quatro vezes mais unidades do que havia construído; curiosamente, deixou-se o solo vazio, visto que o esquema de avaliação levou doze anos para ser concluído. Quase 40% das novas construções não se destinaram a moradia; e a maioria das unidades habitacionais substitutivas foram construídas pela iniciativa privada sob forma de altos prédios de apartamentos, o que determinou o nível elevado dos aluguéis¹³². Assim, embora 85% de todas as áreas cadastradas como socialmente assistidas nos primeiros dez anos da lei fossem, antes da reurbanização, residenciais, depois dela apenas 50% assim permaneciam¹³³. Ou, no dizer de Scott Greer: “A um custo de mais de três bilhões de dólares, a Urban Renewal Agency, a URA, conseguiu reduzir materialmente a oferta de habitação barata nas cidades norte-americanas”¹³⁴. Para Chester Hartman, o programa, perversamente, tornara o rico mais rico e o pobre mais pobre¹³⁵. Herbert Gans expressou com clareza o absurdo disso tudo:

Suponham que o governo decidisse que os calhambeques constituem uma ameaça à segurança pública e uma praga que enfeia as auto-estradas, e portanto os tomasse de seus motoristas. Suponham, em seguida, que, para preencher tal lacuna no mercado automobilístico, desse ele cem dólares a cada um desses motoristas a fim de comprarem um bom carro usado, e ao mesmo tempo destinasse subvenções especiais à General Motors, à Ford e à Chrysler para diminuir o custo – embora não necessariamente o preço – de Cadillacs, Lincolns e Imperials, de umas poucas centenas de dólares. Por mais absurdo que pareça, troquem-se agora os calhambeques por casas de cortiço e terei descrito, usando apenas de uma ínfima licença poética, os primeiros quinze anos de um programa federal chamado de remodelação urbana¹³⁶.

Como pôde ter isso acontecido? Vários críticos sublinharam o fato de a explicação cínica não ser necessariamente a explicação correta: embora alguns se beneficiassem enormemente, “há algo a

que só podemos chamar de patriotismo municipal” que “dá ótima liga com lucros financeiros”. Muitos dos membros da coalizão pró-crescimento tinham motivos puros: “prefeitos preocupados com a base tributária do centro urbano, líderes populares com o desejo patriótico de ‘embelezar o nosso centro urbano’, homens de negócios com os profundos compromissos assumidos no tocante aos imóveis do centro comercial, e os que julgavam que o governo devia inovar no interesse público” haviam, em conjunto, produzido “um programa que recompensa o forte e pune o fraco”¹³⁷. O programa só podia ser implementado localmente; e localmente, a maioria das cidades optou pela revitalização do centro e por ver a classe média retornar dos subúrbios¹³⁸.

É verdade que alguns dos piores excessos cometidos pela remodelação urbana foram, posteriormente, evitados: aumentou-se o número de áreas reconstruídas para moradia, houve maior oferta de casas de aluguel barato, foi maior o número de negros realojados¹³⁹. E evidentemente, visto que o realojamento foi uma das últimas coisas a serem concretamente realizadas pelo programa em seus primeiros quinze anos de vida, não havia por que responsabilizar Le Corbusier pela maioria das mazelas da remodelação urbana norte-americana. Mas os corbusianos e as prescrições de remodelação urbana tiveram igual participação no que Martin Anderson chamou, pitorescamente, de abordagem do trator federal. O que se depreende das críticas norte-americanas é que teria sido melhor simplesmente deixar os pobres em paz. Greer cita um funcionário local: “Pois então o que estamos dizendo? A viúva ou terá de viver com dois dólares ao mês ou, por esses padrões, terá de sujeitar-se a moradias de baixíssimo nível. Há um déficit real do que se convencionou chamar de habitação de padrão médio e, se a abolirmos, estaremos liquidando o único tipo de habitação acessível ao bolso do povo”¹⁴⁰. Acrescentem-se os custos psíquicos decorrentes da ruptura de antigas vizinhanças, e eis que o problema só faz crescer.

O CONTRA-ATAQUE: JACOBS E NEWMAN

O malogro da remodelação urbana norte-americana e as dúvidas que se levantavam, cada vez mais numerosas, no tocante a sua equivalente britânica ajudam a explicar o impacto colossal provocado em ambos os países pela obra de Jane Jacobs, *Death and Life of Great American Cities (Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-Americanas)*, publicada nos Estados Unidos em 1961, e que rapidamente se tornou um dos livros que mais influência tiveram na curta história do planejamento urbano. Foi desses exemplos de mensagem

certa no momento certo. De um só golpe Jacobs atingiu as duas grandes ortodoxias em que se havia alicerçado o urbanismo nos seus primeiros cinquenta anos de vida. O movimento cidade-jardim foi atacado em sua base, porque sua “prescrição em prol da salvação de cidade significava matar a cidade” ao definir “o conjunto do problema habitacional apenas em termos de qualidades físicas suburbanas e qualidades sociais de cidade pequena”; e em boa parte porque “também sua concepção de planejamento era essencialmente paternalista, se não autoritária”¹⁴¹. Já os corbusianos foram acoimados de egotismo: “Não importa quão vulgar ou canhestro seja o projeto, quão árido e inútil o espaço livre, quão insossa a paisagem vista de perto, uma imitação de Le Corbusier berra: ‘Vejam o que eu fiz!’ – à semelhança de um grande e visível ego, ela apregoa a façanha de alguém”¹⁴².

A questão, argumentava, é que não havia nada de errado com as altas densidades populacionais urbanas, desde que não acarretassem superlotação nos edifícios; pontos tradicionais situados nas áreas intra-urbanas como Brooklyn Heights de Nova York, Rittenhouse Square de Filadélfia e North Beach de San Francisco eram todos boas áreas, embora densamente povoados¹⁴³. Uma boa vizinhança urbana, dizia ela, precisava concretamente de cem habitações, o que equivalia talvez a duzentas-trezentas pessoas por acre: densidade alta até mesmo para Nova York, e mais alta do que quase tudo na Londres de pós-1945. Mas que poderia ser atingida com a eliminação da área livre:

Dizer que as cidades necessitam de altas densidades habitacionais e de uma ocupação de solo de alta lucratividade, o que, aliás, assumo com todas as letras, é convencionalmente encarado como mais vil do que tomar a defesa de um tubarão canibal.

Mas as coisas têm mudado desde os dias em que Ebenezer Howard, ao olhar para os cortiços de Londres, concluía que para salvar o povo era preciso abandonar a vida da cidade¹⁴⁴.

A receita de Jacobs consistia em conservar os bairros da área intra-urbana mais ou menos tais como eram antes de os planejadores neles meterem as mãos. Mandava misturar funções e, conseqüentemente, os usos do solo, a fim de assegurar que as pessoas aí permanecessem por diferentes motivos, em diferentes horários, mas com aproveitamento comum de muitos serviços. Prescrevia a necessidade de ruas convencionais ao longo de quadras curtas. E de uma densa concentração populacional, não importando o motivo, inclusive de uma densa concentração de moradores¹⁴⁵. Agradou a seus leitores, predominantemente aos de classe média. A ironia, patente vinte anos depois, foi isso tudo ter redundado na “yuppificação” da cidade.

Tanto quanto o modernismo, mostrou-se o urbanismo suscetível de ter seus impulsos igualitários subordinados aos interesses consumistas da classe média alta [...] Foram precisos quarenta anos para passarmos do primeiro manifesto Bauhaus ao *Four Seasons*; apenas a metade do tempo foi necessária para que o vendeiro da esquina, apoteoticamente exaltado por Jane Jacobs, fosse substituído pela *Bonjour, Croissant*, com tudo o que isso implica¹⁴⁶.

A IMPLOÇÃO DE PRUITT-IGOE

No entanto, quaisquer que fossem as implicações ulteriores, o urbanismo significou a morte do trator federal. Mas não ficou por aí. Embora, pelos padrões britânicos, tivessem os Estados Unidos demonstrado ínfimo empenho na construção de habitações populares, mesmo assim, algumas foram construídas. E algumas das maiores e mais influentes cidades haviam adotado um modelo corbusiano: St. Louis, Chicago, Newark, entre outras. Em fins dos anos 70, o abandono era patente. Trinta ou 40% das moradias estavam vazias. O exemplo clássico foi Pruitt-Igoe: um projeto de 1955, premiado em St. Louis, cuja má fama se deve ao fato de ter sido implodido dezessete anos após sua construção. Naquele dia – a demolição foi preservada para a posteridade em filme –, viu-se ele erigido repentinamente em símbolo de tudo quanto era visto como errado na remodelação urbana, não só nos Estados Unidos como pelo mundo afora.

Quando as residências Captain W. O. Pruitt e os apartamentos William L. Igoe viram a luz em 1951, o projeto de caráter experimental para edificações elevadas, assinado pelo eminente arquiteto Minoru Yamasaki – projeto como jamais se vira outro igual na cidade de St. Louis –, foi tema de um artigo laudatório na revista *Architectural Forum*. Os 33 blocos idênticos, e seus mais de 2 800 apartamentos, foram concluídos em 1955-1956. Ficavam em local exposto, aberto ao transeunte. Para que os limites de custos se mantivessem, foram feitos cortes enormes e arbitrários nas despesas durante a construção. O espaço dentro dos apartamentos, especialmente para as grandes famílias que foram ocupar muitos deles, “começava no osso e só ia até o tutano”¹⁴⁷. Fechaduras e maçanetas quebravam ao entrarem em uso, algumas vezes antes mesmo da ocupação. As vidraças das janelas ficaram em cacos. Um dos elevadores falhou no dia da inauguração. “No dia em que foram concluídos, os prédios do Pruitt and Igoe não passavam de tocas de aço e concreto, mediocremente projetados, mal equipados, de tamanho inadequado, mal localizados, sem ventilação e de manutenção problemática”¹⁴⁸.

O que já era ruim o bastante. Mas havia mais: os inquilinos que ali foram morar não eram aqueles para os quais os blocos ha-

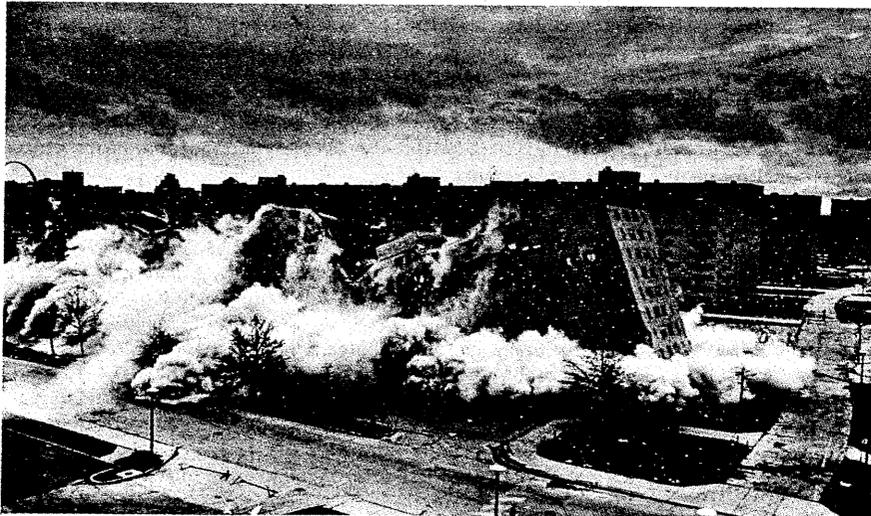
viam sido projetados. O projeto, como o da maioria das habitações populares desde os anos 50, destinava-se à pobreza digna. A maioria dos chefes de família deviam ser homens e estar empregados. St. Louis, em 1951, era uma cidade segregada: Pruitt era inteiramente negro mas, depois que a moradia popular foi dessegregada por decisão da Suprema Corte, a municipalidade tentou integrar Igoe. Nada feito: os brancos deixaram o lugar, e os negros – entre os quais se contavam muitas famílias dependentes de assistência social e com mulheres como chefe da casa – tomaram conta. Em 1965, mais de dois terços dos habitantes eram menores, 70% deles com menos de doze anos; havia duas vezes e meia mais mulheres do que homens; mulheres estavam à frente de 62% das famílias; 38% não tinham ninguém empregado; e em apenas 45% o emprego era a única fonte de renda¹⁴⁹.

Não demorou muito e falar em urbanização já era o mesmo que falar em desastre. Os índices de ocupação em Pruitt, que eram de 95% em 1956, caíram para 81% seis anos mais tarde, e para 72% em 1965; Igoe começou com menos de 70% e estacionou nesse patamar. Os canos racharam, houve uma explosão de gás. Por volta de 1966, assistentes sociais, que ali residiam, registraram a cena:

Vidro, entulho e calça espalham-se pelas ruas, a quantidade é estarrecedora [...] automóveis abandonados foram deixados nas áreas de estacionamento; o vidro é um elemento onipresente; há latas jogadas por toda a parte e o papel molhado de chuva grudou no barro rachado e endurecido. De fora, Pruitt-Igoe parece zona assolada por algum cataclismo. Em todos os edifícios há janelas quebradas. As luminárias externas não funcionam [...] à medida que o visitante se aproxima da entrada de um prédio, vê aumentar o lixo e o entulho. Compartimentos abandonados, nos porões de edifícios, servem de despejo a toda espécie de refugo. Camundongos, baratas, e outros bichos proliferam nesses espaços vazios [...]

O infame elevador sacode-e-pára é uma revelação até mesmo para aqueles que se julgam preparados para tudo. Está com a pintura das paredes toda descascada. O fedor de urina impera; não existe ventilação nos elevadores [...] Quando o visitante emerge do elevador escuro e fedorento para o pavimento do corredor do prédio, ingressa numa caricatura em concreto cinzento de um asilo de loucos. Paredes de um cinza institucional abrem caminho para pisos de um cinza institucional. Telas metálicas enferrujadas, do tipo institucional, protegem janelas cujas vidraças já não existem. Aparelhos outrora usados para aquecer esses corredores públicos foram, em muitos dos edifícios, arrancados das paredes. Os incineradores, pequenos demais para acomodarem a quantidade para [sic] refugar neles colocada, deixam derramar tudo – entulho e lixo ficam espalhados pelo chão. Lâmpadas e instalações estão desligadas; fios elétricos descobertos freqüentemente pendem de soquetes danificados¹⁵⁰.

Em 1969, houve uma greve de inquilinos que durou nove meses, a mais longa da história da habitação popular norte-americana. Em dado momento, 28 dos 34 elevadores não funcionavam. Em 1970, o projeto estava 65% desocupado. Em 1972, as autoridades aceitaram o inevitável, e o implodiram.



7.10 e 7.11 Pruitt-Igoe

O mais mal-afamado dos projetos habitacionais do mundo, tal como se supõe ter sido – e como, na verdade, foi durante curto espaço de tempo, logo no começo –, e no momento de sua implosão, em 1972.

A questão, levantada por toda uma série de observadores acadêmicos, era saber como isso aconteceu: em apenas uma década, um projeto exemplar transformara-se num dos piores cortiços urbanos dos Estados Unidos. E as explicações foram tantas quantos foram os observadores. O primeiro acusado, evidentemente, foi o projeto. Como observou Oscar Newman em análise que ficou célebre:

O arquiteto preocupou-se com cada edifício como se cada edifício fosse uma entidade completa, isolada e formal, excluindo qualquer consideração do uso funcional de solos ou da relação de um edifício com a área de terreno que teria de partilhar com outros edifícios. Era quase como se o arquiteto assumisse o papel de escultor e visse os terrenos do projeto apenas como uma simples superfície sobre a qual se empenhava em dispor toda uma série de elementos verticais dentro de um todo composicionalmente agradável¹⁵¹.

Ou, como teria dito Jacobs, eis uma ego-falha do arquiteto. Pruitt-Igoe, especificamente, foi projetado – à semelhança de muitos esquemas corbusianos para moradias populares, produzidos na América de início dos anos 50 – com base numa superquadra composta de quatro a doze quarteirões comuns do tipo recomendado por Jane Jacobs, dentro da qual os altos blocos de edifícios – no caso de Pruitt-Igoe, caixotes de onze andares numa média de 50 unidades por acre – posicionavam-se livremente na paisagem, invariavelmente com entrada não direta, pela rua, mas pela área circundante interna¹⁵². Esse modelo, mais as longas e elevadas plataformas transversais, criou um máximo possível de área, a que Newman, em frase memorável, chamou de espaço indefensável: as plataformas que o arquiteto mostrava, em seu desenho de 1951, cheias de crianças, brinquedos e mães (brancas), logo se tornaram alvo de vandalismo e logradouro temido¹⁵³.

O problema, segundo perceberam outros observadores, surgiu em virtude das regras de gerenciamento financeiro impostas por Washington. Como os aluguéis precisavam cobrir os gastos com a manutenção e os moradores não podiam pagar os aluguéis, o município cortou a manutenção. E mesmo assim os inquilinos continuaram sem poder pagar: em 1969, quando um quarto das famílias estavam pagando mais de 50% de suas rendas pelo aluguel, estourou a greve¹⁵⁴. E a ironia foi que essa não-política de não-manutenção estava sendo aplicada a prédios cuja construção fora extremamente dispendiosa: saindo por 20 000 dólares cada nos valores de 1967, haviam eles ficado apenas um pouco mais baratos do que prédios de apartamentos de alto luxo¹⁵⁵.

A raiz do problema, segundo análise mais profunda de Newman, estava na formação do arquiteto, que não encarecia devidamente a necessidade de este saber o quanto bem ou mal funcionavam os

edifícios existentes, e assim melhorar os projetos: “Só podemos avali-
 ar essa tragédia em toda sua extensão quando nos damos conta de
 que são amiúde os arquitetos mais abalizados os que cometem as
 falhas mais dramáticas”¹⁵⁶. E isso, por sua vez, ocorria porque, ape-
 sar de haver dois campos na arquitetura moderna, o dos “metodo-
 logistas sociais” e o dos “metafísicos do estilo”, os Estados Unidos
 só haviam importado a segunda corrente, a corbusiana¹⁵⁷. Conclusão
 essa corroborada pela verificação de que urbanizações convencionais
 de pouca altura, com mesclas similares de locatários, não apresen-
 tavam tais problemas¹⁵⁸.

Mas Newman não mediu esforços para demonstrar que não era
 o projeto o único e nem mesmo o necessário culpado. A pior deteri-
 oração só ocorreu depois que o Departamento de Habitação e do
 Desenvolvimento Urbano mudou suas regras e passou a admitir famí-
 lías problemáticas, muitas das quais de origem rural, no programa
 de moradia popular, em 1965: “Nestes sete anos que se seguiram,
 os altos edifícios onde foram admitidas, têm sofrido uma dizimação
 sistemática”¹⁵⁹; não só Pruitt-Igoe, mas outros conjuntos similares
 (o “Rosen Apartments” na Filadélfia, o “Columbus Homes” em
 Newark) foram também abandonados. A causa básica era que famí-
 lías paupérrimas, dependentes da assistência social, cheias de filhos,
 e imbuídas de um profundo fatalismo quanto à própria capacidade
 de influírem sobre o meio ambiente, não podiam competir com esse
 tipo de edifício, nem ele com elas. Como observou um observador-
 sociólogo, Lee Rainwater, os ideais e aspirações dos pruit-igoeanos
 eram semelhantes aos das outras pessoas, mas eles não podiam rea-
 lizá-los:

A realização desses ideais de Pruitt-Igoe teria produzido uma vida pouco ou
 nada diferenciável de qualquer outro tipo de vida da classe trabalhadora, fosse ela
 branca ou negra. E ao que tudo indica, os recursos necessários à manutenção de uma
 vida familiar nesses termos teriam exigido a estabilidade e o nível de renda próprios
 da classe trabalhadora de categoria superior, ou seja, 50 a 100% mais alto do que
 aquele a que tinha acesso a maioria das famílias de Pruitt-Igoe¹⁶⁰.

Famílias de renda média e alta, com uma proporção de famílias
 com crianças que não excedesse os 50%, e com supervisores mais
 pai ou mãe, pelo menos para tomarem conta, poderiam viver con-
 fortavelmente em tais ambientes, mas “se uma família classe média
 não apresenta desempenho muito diferente em tipos opostos de
 edifícios, já o desempenho de uma família socialmente assistida
 mostra-se grandemente influenciado pelo ambiente físico”; no que
 diz respeito a ela, “os altos prédios de apartamentos devem ser ri-
 gorosamente evitados”¹⁶¹. Palavras de Colin Ward, sem tirar nem
 pôr.

O LEGADO CORBUSIANO

A ironia, portanto, foi que a corbusiana cidade das torres mos-
 trou-se perfeitamente satisfatória para os habitantes de classe média
 que o arquiteto suíço imaginava vivendo suas vidas prazerosas, ele-
 gantes e cosmopolitas em *La Ville contemporaine*. Poderia até mes-
 mo funcionar para os sólidos, rudes e tradicionais moradores de aparta-
 mentos de Glasgow, para quem a transição de um fundo de cortiço
 do Gorbals para um vigésimo andar equivalia a uma ascensão ao
 paraíso. Mas, para a mãe socialmente assistida, nascida num barraco
 da Geórgia e que de repente vai cair em St. Louis ou Detroit com
 uma penca de filhos endiabrados, revelou-se uma catástrofe urbana
 de primeira magnitude. O pecado de Le Corbusier e dos corbusianos
 está, portanto, não em seus projetos mas na leviana arrogância com
 que foram impostos a uma gente que não podia arcar com eles e de
 quem, com uma pitada apenas de reflexão, jamais se esperaria tal
 coisa.

Agora a ironia final: no mundo inteiro, essa falha foi condenada
 como um malogro do “planejamento”. Planejamento, no sentido
 comezinho do termo, significa esquema ordenado de ação para al-
 cançar objetivos fixados à luz de limitações conhecidas. Planejam-
 to é exatamente o que isto não foi.

NOTAS DO CAPÍTULO 7

1. Fishman, 1977, p. 186.
2. *Ibidem*, pp. 29, 101, 114, 183-84.
3. Sutcliffe, 1970, pp. 240-41, 257;
 Lavedan, 1975, pp. 492-93, 497-
 500; Evenson, 1979, pp. 208-16.
4. Fishman, 1977, p. 210.
5. Le Corbusier, 1929, p. 293.
6. *Ibidem*, p. 310.
7. Fishman, 1977, p. 211.
8. Banham, 1960, p. 255.
9. Evenson, 1979, p. 54.
10. Le Corbusier, 1937, p. 4.
11. Fishman, 1977, p. 190.
12. Le Corbusier, 1929, p. 178.
13. *Ibidem*, p. 232.
14. *Ibidem*, p. 128.
15. Anthony, 1966, p. 286.
16. Fishman, 1977, p. 199.
17. Le Corbusier, 1929, p. 215;
 Fishman, 1977, p. 195.
18. Le Corbusier, 1929, pp. 215, 222-23.
19. *Ibidem*, p. 243.
20. *Ibidem*, pp. 243, 250-52.
21. *Ibidem*, p. 229.
22. Cit. Fishman, 1977, p. 198.
23. *Ibidem*, pp. 237, 239-40.
24. *Ibidem*, p. 239.
25. *Ibidem*, p. 241.
26. Hamm, 1977, pp. 62-63; Berton,
 1977, p. 210.
27. Kopp, 1970, pp. 146-47, 169, 171.
28. Le Corbusier, 1948, p. 48; 1959,
 pp. 103, 129.
29. Sutcliffe, 1977, p. 221.
30. Le Corbusier, 1948, p. 54.
31. Le Corbusier, 1937, pp. 255, 258;
 1948, p. 68.
32. Fishman, 1977, pp. 247-48.
33. Evenson, 1966, pp. 13-14.
34. Sarin, 1982, p. 44.
35. *Ibidem*, p. 45.
36. *Ibidem*, p. 47.

37. Evenson, 1966, p. 92.
38. *Ibidem*, p. 95.
39. Gupta, 1974, p. 363; Schmetzer, 1974, pp. 352-53.
40. *Ibidem*, p. 368.
41. Sarin, 1979, p. 137.
42. *Ibidem*, p. 152.
43. Evenson, 1966, pp. 39, 94.
44. Epstein, 1973, pp. 36, 42, 45; Evenson, 1973, pp. 49, 108, 112-13.
45. *Ibidem*, p. 36.
46. Evenson, 1973, p. 114.
47. Epstein, 1973, p. 49; Evenson, 1973, p. 145.
48. Evenson, 1973, pp. 117, 142-43.
49. *Ibidem*, p. 155.
50. *Ibidem*, p. 155.
51. Epstein, 1973, p. 63.
52. Evenson, 1973, p. 155.
53. Epstein, 1973, n. p.
54. *Ibidem*, pp. 57-58.
55. *Ibidem*, pp. 75-76, 79, 119; Cunningham, 1980, pp. 198-99.
56. *Ibidem*, pp. 121-22.
57. Evenson, 1973, p. 180.
58. Esher, 1981, p. 37.
59. *Cit. ibidem*.
60. Ravetz, 1974, pp. 133, 140, 144; Daunton, 1984, pp. 140-42.
61. Titmuss, 1950, p. 506.
62. Reith, 1949, p. 428.
63. Forshaw and Abercrombie, 1943, frontispiece.
64. *Ibidem*, p. 77.
65. *Ibidem*, pp. 79-83, 117-19.
66. Hughes, 1971, p. 205.
67. Cook, 1983, p. 32.
68. *Ibidem*, p. 33.
69. *Ibidem*, pp. 33-34.
70. *Ibidem*, p. 41.
71. *Ibidem*, p. 40.
72. Richards, 1953, p. 32.
73. Nairn, 1955, p. 365.
74. *Ibidem*, p. 368.
75. *Architectural Review*, 1957, *passim*.
76. Dunleavy, 1981, pp. 135, 165.
77. G. B. Ministry of Works and Planning, 1943.
78. Young and Willmott, 1957.
79. Wibberley, 1959, Stone, 1959, 1961.
80. Osborn, 1955.
81. Hall et al., 1973, II, pp. 56-59; Cooney, 1974, p. 160.
82. *Ibidem*, pp. 161-62.
83. *Ibidem*, p. 168; Dunleavy, 1981, pp. 72, 114.
84. Dunleavy, 1981, p. 37; Cooney, 1974, p. 163.
85. *Ibidem*, p. 152.
86. Crossmasn, 1975, p. 81.
87. Dunleavy, 1981, p. 170.
88. Esher, 1981, p. 129.
89. Jephcott, 1971, p. 140.
90. Esher, 1981, p. 45.
91. Ravetz, 1980, p. 89.
92. Esher, 1981, pp. 129-130.
93. Crossman, 1975, p. 341.
94. Armstrong and Wilson, 1973, pp. 74-79.
95. Esher, 1981, p. 134.
96. Ward, 1976, p. 51.
97. *Ibidem*, p. 54.
98. Jephcott, 1971, p. 131.
99. Anthony, 1966, p. 286.
100. Greer and Hansen, 1941, pp. 3-4, 6, 8.
101. Salisbury, 1964, pp. 784-87; Lowe, 1967, pp. 31-32; Mollenkopf, 1983, p. 78; Fox, 1985, pp. 80-100.
102. Friedman, 1968, pp. 104-09.
103. Meehan, 1977, pp. 15-16, 19.
104. Weiss, 1980, pp. 54-59, 62.
105. Weiss, 1980, p. 67.
106. Abrams, 1965, pp. 74, 118; Belush and Hausknecht, 1967, p. 12; Arnold, 1973, p. 36; Frieden and Kaplan, 1975, p. 23; Kleniewski, 1984, p. 205.
107. Abrams, 1965, p. 82; Kleniewski, 1984, pp. 210-11.
108. Mollenkopf, 1978, pp. 135-36; Weiss, 1980, pp. 68-69; Kleniewski, 1984, pp. 212-13.
109. Mollenkopf, 1978, p. 134; Hartman, 1984, p. 18.
110. Mollenkopf, 1983, p. 5.
111. Fainstein and Fainstein, 1983b, p. 255.
112. Caro, 1974, pp. 9-10.
113. Lowe, 1967, p. 48; Caro, 1974, p. 12.
114. Caro, 1974, pp. 52-55, 70-71, 85.

115. *Ibidem*, pp. 427-31.
116. *Ibidem*, p. 740.
117. *Ibidem*, p. 848.
118. Lowe, 1967, pp. 86-88.
119. *Ibidem*, p. 92.
120. *Ibidem*, pp. 101-03.
121. Caro, 1974, p. 1144.
122. Dahl, 1961, pp. 118-19.
123. *Ibidem*, p. 129.
124. *Ibidem*, p. 133.
125. Lowe, 1967, pp. 406, 417; Fainstein and Fainstein, 1983a, p. 40.
126. Lubove, 1969, pp. 87, 106-11, 127-31, 139-40; Lowe, 1967, pp. 134, 140-41; Stewman and Tarr, 1982, pp. 63-65, 74-76, 103-05.
127. *Cit. Hartman*, 1984, p. 51.
128. Fainstein *et al.*, pp. 216, 226; Hartman, 1984, pp. 185, 309-11.
129. Gans, 1962, pp. 4, 283-90, 318.
130. Fried, 1963, pp. 167-68.
131. Abrams, 1965, pp. 118-22.
132. Anderson, 1964, pp. 54-67, 73, 93.
133. Grigsby, 1863, p. 324.
134. Greer, 1965, p. 3.
135. Hartman, 1964, p. 278.
136. Gans, 1967b, p. 465.
137. Greer, 1965, pp. 94, 122.
138. Grigsby, 1963, p. 323.
139. Sanders, 1980, pp. 106-07, 112.
140. Greer, 1965, pp. 46-47.
141. Jacobs, 1962, pp. 17, 19.
142. *Ibidem*, p. 23.
143. *Ibidem*, pp. 202-05.
144. *Ibidem*, p. 218.
145. *Ibidem*, pp. 152, 178, 187, 200.
146. Muschamp, 1983, p. 168.
147. Meehan, 1975, p. 35.
148. *Ibidem*, p. 73.
149. Rainwater, 1970, p. 13.
150. *Cit. Montgomery*, 1985, p. 238.
151. Newman, 1972, p. 59.
152. *Ibidem*, p. 56.
153. *Ibidem*, pp. 56-58.
154. Meehan, 1979, p. 83; Montgomery, 1985, pp. 232, 238.
155. Meehan, 1975, p. 65; Meehan, 1979, pp. 73-74.
156. Newman, 1980, pp. 322-23.
157. *Ibidem*, pp. 294-95.
158. Meehan, 1979, p. 86.
159. Newman, 1972, p. 188.
160. Rainwater, 1970, p. 50.
161. Newman, 1972, p. 193.